

REVISTA DO COMERCIO

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

ALTERNATIVAS DIANTE
DA MOROSIDADE DA
JUSTIÇA ESTATAL

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ



CADASTRO POSITIVO
NOVA FERRAMENTA PASSA A SER
FUNDAMENTAL PARA O CONSUMIDOR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
MODERNIZAÇÃO MARCA ANIVERSÁRIO
DE 125 ANOS DA ENTIDADE

Não deixe o inverno
esfriar o seu lado
mais bonito:
a **solidariedade**.



**Doe roupas, agasalhos
e, principalmente, cobertores.**

A realidade é outra se você fizer parte dela.

provoparestadual.org.br

Doe: Banco do Brasil - AG 1622-5 / CC 2017-6 - CNPJ: 76793397-0001/88

Realização:



Apoio:



Vencendo as dificuldades

Na esteira da crise econômica originada pela instabilidade política, o empresariado brasileiro e paranaense, em particular, continua a empreender um esforço especial para evitar que o país chegue a uma situação de caos irreversível.

Os setores dedicados à produção de bens, emprego e renda – indústria, comércio, serviços e agronegócio – principais pilares de sustentação da economia brasileira, apesar das enormes dificuldades que enfrentam prosseguem suas atividades no ritmo que lhes é possível, desafiando muitas vezes a argumentação dos derrotistas.

É sabido que o Brasil tem atualmente mais de 14,5 milhões de desempregados e essa é a revelação mais emblemática das dificuldades enfrentadas pelo setor produtivo, que não tem melhor alternativa senão desempregar chefes de família, mulheres que contribuem com o fruto de seu trabalho para a melhoria da renda familiar e, sobretudo, os trabalhadores jovens que acabaram de iniciar sua carreira laboral.

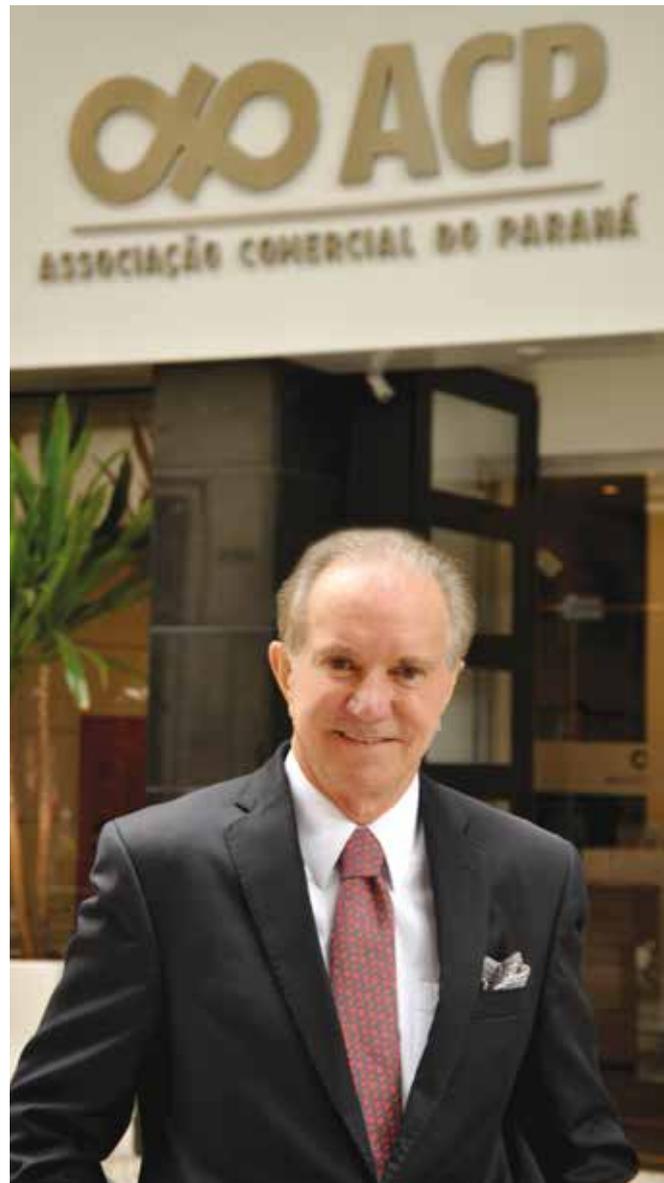
Não menos lamentável é o fato de que os milhares de jovens que encerram seus cursos nas universidades, escolas profissionalizantes ou seus cursos do ensino médio e se dirigem ao mercado em busca de uma oportunidade de trabalho, são simplesmente ignorados em suas pretensões.

O montante da arrecadação de impostos e contribuições recolhidos pelos empresários e trabalhadores à União, estados e municípios, que em junho havia chegado a R\$ 1 trilhão, e continua a crescer, é a prova de que a produção e o consumo continuam, embora em marcha lenta, contribuindo com sua parte na sustentação financeira do aparelho de Estado, que infelizmente não retribui com a excelência dos serviços públicos ao que arrecada da sociedade.

A ACP e seu corpo de associados - micro, pequenos, médios e grandes empresários - seguem firmes na luta pela aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, sem esquecer as reformas política e tributária, sem as quais o Brasil não poderá livrar-se das amarras da estagnação política, econômica e social. 

GLÁUCIO GEARA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ



GESTÃO 2017-2019

PRESIDENTE
Gláucio José Geara

DIRETORIA
Camilo Turmina - 1º Vice-Presidente
Odone Fortes Martins - 2º Vice-Presidente
Sinval Zaidan Lobato Machado - 3º Vice-Presidente
Jean Michel Patrick Tumeo Galiano - 4º Vice-Presidente
José Eduardo Moraes Sarmento - 5º Vice-Presidente
Ivo Orlando Petris - 6º Vice-Presidente e 1º Secretário
Maria Cristina Fernandes Medeiros Coutinho - 7º Vice-Presidente e 2º Secretária
Aline Moritz Perussolo Soares - 8º Vice-Presidente e 3º Secretária
Dalton Zeni Rispoli - 09º Vice-Presidente e 1º Tesoureiro
Airton Adelar Hack - 10º Vice-Presidente e 2º Tesoureiro
Antoninho Caron - Vice-Presidente
Carlos Antônio Gusso - Vice-Presidente
Carlos Eduardo de Athayde Guimarães - Vice-Presidente
Cristiane Canet Mocellin - Vice-Presidente
Eloy Biesus - Vice-Presidente
Geraldo Luiz Gonçalves - Vice-Presidente
Gustavo Vieira Tacla - Vice-Presidente
Helio Bampi - Vice-Presidente
Leonardo Sperb de Paola - Vice-Presidente
Mário Pereira - Vice-Presidente
Norman de Paula Arruda Filho - Vice-Presidente
Paulo Roberto Brunel Rodrigues - Vice-Presidente
Pedro Joanir Zonta - Vice-Presidente
Ricardo dos Santos Abreu - Vice-Presidente

CONSELHO SUPERIOR
Coordenação: Jorge Nacli Neto
Abdo Dib Abage, Ana Amélia Cunha Pereira Filizolla, Cadri Massuda, Celso Antonio Frare, Felix Archanjo Bordin, Fernando Xavier Ferreira, Flávia Cristina Izique Simões de Assis, Flavio Antonio Meneghetti, Gladimir Adriani Poletto, Gustavo Ballarotti Twardowski, Jayme Canet Neto, João Elisio Ferraz de Campos, Joel Malucelli, Jorge Nacli Neto, José Lucio Glomb, José Pio Martins, José Salim Mattar Junior, Leonardo Petrelli Neto, Luiz Carlos Borges da Silveira, Luiz Francisco Novelli Viana, Marino Garofani, Mário Valério Gazin, Paulo César Naujack, Ricardo Mueller, Rogéria Dotti, Rosângela Maria Wolff de Quadros Moro, Ruy Senff, Sandra Marchini Comodaro, Walmor Weiss, Wilson Picler

Os Ex-Presidentes / Sócios Beneméritos compõe estatutariamente o Conselho Superior da ACP:

Werner Egon Schrappe - 1990 / 1992
Eduardo Guy de Manuel - 1994 / 1996
Ardisson Nain Akel - 1996 / 1998
Jonel Chede - 1998 / 2000
Marcos Domakoski - 2000 / 2004
Cláudio Gomes Slaviero - 2004 / 2006
Virgílio Moreira Filho - 2006 / 2008
Avani Tortato Slomp Rodrigues - 2008 / 2010
Edson José Ramon - 2010 / 2014
Antonio Miguel Espolador Neto - 2014 / 2016

CONSELHO DELIBERATIVO
Coordenação: Luiz Alberto de Paula Lenz Cesar
Adonai Aires de Arruda, Ana Maria Petruzzello Kohane, Antonio Gilberto Deggerone, Bernadete Zagonel, Dionisio Wosniaki, Edda Deiss de Mello e Silva, Edmundo Ksters, Eduardo Christiano Lobo Aichinger, Eduardo Manuel Ruiz Goehr, Fernando Antonio Miranda, Gabriel Veiga Ribeiro, Henrique Domakoski, Henrique Lenz Cesar Filho, Hilgo Gonçalves, Jonel Chede Filho, Jorge Carvalho de Oliveira Junior, Lucyanna Joppert Lima Lopes, Luiz Alberto de Paula Lenz Cesar, Luis Celso Olivet Moura Branco, Luiz Gustavo Vardânea Vidal Pinto, Marco Antonio Peixoto, Marco Antonio Rossi, Maria Lucia Gomes, Mario Lauro Tavares Martinelli, Monroe Fabrício Olsen, Nain Akel Neto, Niazzy Ramos Filho, Regina de Barros Correia Casillo, Waldemir Kurten, Walter Roque Martello

CONSELHO FISCAL
Titulares: Arnaldo Luiz Miró Rebello, Domingos Tarço Murta Ramalho, Marcia Cristina Sprada Rossetim
Suplentes: Márcia Schier, Maria Terezinha Wollmann, Wilson Portes

SÓCIO BENEMÉRITO
Rui Barreto

A MELHOR FORMA DE RESOLVER CONFLITOS

SIGILO



Em segredo,
sem
publicidade

RAPIDEZ



Resolução
célere sem
possibilidade
de recurso

ESPECIALIDADE



Árbitro com
conhecimento
específico das
matérias

CUSTOS



Cobrados de
acordo com o
previsto em
tabela própria

QUEM PODE UTILIZAR A ARBITAC:

As mediações e arbitragens administradas pela ARBITAC destinam-se a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, associadas ou não à ACP, não se limitando a questões entre comerciantes.



ARBITAC

41 3320-257

ARBITAC@ACP.ORG.BR

WWW.ARBITAC.COM.BR



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

Desde 1890

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
08 Mediação e Arbitragem

Métodos de pacificação alternativos



ENTREVISTA
32 Norman de Paula Arruda

O coordenador do Casem descreve roteiro da sustentabilidade e inovação corporativa

EDUCAÇÃO
46 Instituto Bom Aluno

Escada para jovens pobres rumo ao ensino superior



ECONOMIA
14 Retomada do crescimento

Reforma tributária pode ajudar a resgatar o crescimento do país

SERVIÇO ACP
20 125 anos de Jucepar

Modernização e desburocratização marcam aniversário da entidade

CONSUMIDORES
22 Cadastro Positivo

Integrar o banco de dados de bons pagadores passa a ser fundamental

INTERIORES
56 Arquitetura no ambiente de trabalho

Planejamento melhora na produtividade dos colaboradores

VIAGEM
58 Polônia

Um passeio pela terra dos polacos

HOMENAGEM	17	CONSCIENTIZAÇÃO	30
DIA DAS MÃES	18	ACP EM FOCO	37
RECURSOS HUMANOS	25	AGENDA	49
EMPREGABILIDADE	26	MENU	54

Gerenciamento de Carteira ACP

FAÇA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE SUA CARTEIRA: QUALIFIQUE SEUS CLIENTES E FORNECEDORES



SOLICITE UMA PROPOSTA
SAC@ACP.ORG.BR | 41 3320-2929

ACP
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
Fundada em 1890

BoaVista
SCPC

Arbitac lança Pacto de Mediação em Curitiba

A ACP RECEBEU O EVENTO de lançamento do Pacto de Mediação em Curitiba, realizado pela Câmara de Mediação e Arbitragem (Arbitac), ocasião em que empresas e entidades representativas de diversos segmentos econômicos estiveram reunidas para fomentar a solução harmoniosa de conflitos. Entre outros benefícios, o Pacto de Mediação assegura às partes envolvidas a significativa redução dos custos, economia de tempo e, sobretudo, a manutenção de relacionamentos profissionais.

Os expoitores da ideia foram o desembargador Kazuo Watanabe e a doutora Fernanda Levy, que têm lugar cativo entre os mais renomados especialistas brasileiros em mediação. “Certamente foi essa credencial que lhes garantiu a possibilidade de serem os idealizadores da versão brasileira do Mediation Pledge – Pacto de Mediação – inicialmente lançado nos Estados Unidos e replicado no Brasil, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro”, segundo argumentou o presidente da ACP, Gláucio Geara.

Pessoas físicas e jurídicas, operadoras dos vários ramos da atividade econômica – indústria, comércio, prestação de serviços, do setor financeiro, instituições de ensino, escritórios de advocacia, de contabilidade, e muitos outros, fazem parte do extenso arco de atuação do Pacto de Mediação. É um instrumento moderno, de agilidade e eficiência comprovadas, já disponibilizado pela Arbitac a todos os interessados.



—KAZUO WATANABE

De acordo com o presidente do conselho administrativo da referida câmara, o advogado Fernando José Breda Pessoa, o lançamento do Pacto de Mediação em Curitiba representa a renovação de um compromisso assumido há 20 anos quando da fundação da Arbitac. “O pacto representa uma necessidade empresarial e social apropriada ao século 21, pois possibilita a busca e incentivo a métodos mais racionais e econômicos para a resolução de litígios”, destacou.

O desembargador Kazuo Watanabe e a doutora Fernanda Levy são os idealizadores da versão brasileira do Mediation Pledge – Pacto de Mediação – inicialmente lançado nos Estados Unidos e replicado no Brasil, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e agora em Curitiba.

De acordo com Kazuo, o Brasil “ainda vive o paternalismo do Estado”, por isso, de acordo com ele, a cultura do país faz com que a presença de um juiz seja aceita como a única viável. Mas, lembrou que “justiça é obra coletiva, e sendo assim, o pacto constitui um exercício da cidadania, além de promover a participação coletiva na construção da política no país. É uma forma de a sociedade participar efetivamente da concessão da justiça”, encerrou.

MEDIAÇÃO X ARBITRAGEM

Existe uma linha tênue entre mediação e arbitragem, importantes ferramentas alternativas extrajudiciais para solucionar conflitos, que ajudam a desobstruir o Judiciário, socializando o processo de entendimento entre as pessoas em busca de entendimento harmônico.

A mediação propõe a recuperação do diálogo entre as partes. Assim tornando-as autoras de suas próprias soluções.

Já a arbitragem é aplicada no momento em que não há resolução amigável para a questão. Sendo assim, os envolvidos permitem que um terceiro, o árbitro, especialista na matéria discutida, decida a controvérsia. Sua decisão tem a força de uma sentença judicial e não admite recurso.

SOBRE A ARBITAC

Órgão vinculado à Associação Comercial do Paraná, foi criada em 17/06/1996, pouco antes da promulgação da Lei de Arbitragem, e figurou como pioneira na criação de um Instituto de Mediação no Paraná, que posteriormente aderiu às vestes igualmente da arbitragem. A história da Arbitac, desenhada a partir do anteprojeto de lei de 1981 que se consolidou na atual legislação pertinente, guarda uma relação de familiaridade com seus idealizadores, tendo o patrono do projeto no Congresso Nacional, então vice-presidente da República Marco Antonio Maciel, comparecido no evento de abertura e fundação da Câmara.

A Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná é responsável pela administração de mediações e arbitragens, celebração de convênios de cooperação com órgãos afins sediados no Brasil e no exterior e tem o firme compromisso de promover debates e eventos visando incentivar os estudos sobre mediação e arbitragem como métodos eficazes para solução de conflitos.



—A ACP TAMBÉM ADERIU AO PACTO DE MEDIAÇÃO

Mediação: opção pela autonomia

A universalidade de acesso à Justiça é, ainda, uma das promessas não cumpridas do Estado Democrático de Direito. A estrondosa cifra da Justiça brasileira, que atualmente contabiliza mais de 100 milhões de processos, revela que a saída jurisdicional para a solução das controvérsias é uma porta ainda mais estreita do que a de entrada, através do ajuizamento de processos. Desde a formação dos Estados Modernos o monopólio jurisdicional estatal tem sido considerado um de seus fundamentos. Com efeito, todo pensamento jurídico e sua correspectiva apropriação na cultura popular têm sido influenciados pela ideia de que compete ao Estado a decisão dos litígios. Tanto isto é verdade que, para afirmar o acesso à Justiça como direito fundamental, a Constituição Federal, no artigo 5º, XXXV estatui que “lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Assim é muito difundido um entendimento simplificado e pouco abrangente de que acesso à Justiça seria sinônimo de acesso ao Poder Judiciário.

Ocorre que, em homenagem ao princípio da dignidade humana aquilatado pela capacidade do homem de autodeterminar-se, é de se reconhecer, na vida em sociedade, o protagonismo de cada indivíduo, inclusive no que toca ao desenlace das contendas em que ele se vê envolvido. Convém reservar um papel subsidiário à jurisdição estatal, incumbindo-a somente das questões mais graves e complexas ou quando os envolvidos mostram-se impotentes ou incapazes para solucionar autonomamente suas disputas.

Cada pessoa física ou jurídica sabe o quão custoso e angustiante é um conflito não solucionado. Levá-lo à apreciação do Poder Judiciário converte-o em um entre cem milhões de processos, a ser decidido por terceiro desconhecido, de forma impessoal, com base em normas gerais e abstratas.

Ao delegar a composição da lide à jurisdição estatal, o brasileiro submete-se a decisões que vêm de cima para baixo, abdicando de sua liberdade para agir, justamente nas situações que lhe atingem de maneira mais direta e aguda.

No entanto, existem outros caminhos possíveis e ainda pouco explorados para a remediar as controvérsias. Um deles é o recurso à mediação. Trata-se de um meio privado e voluntário de resolução de conflitos onde um terceiro neutro, escolhido pelas partes envolvidas, facilita a comunicação e a negociação para que elas mesmas encontrem, ou não, um desfecho satisfatório para todos.

O método é assaz efetivo na resolução de conflitos envolvendo direitos disponíveis. A solução rápida das disputas, com redução de custos diretos e indiretos, a confidencialidade, a preservação das relações entre as partes envolvidas e a diminuição das incertezas relativas aos resultados são valiosos benefícios proporcionados pela mediação. Para além disso, há também uma outra vantagem muito valorizada por aqueles que optam por este meio autocompositivo, a saber, o grau de satisfação experimentado pelos envolvidos. Ao ter a oportunidade de expressar-se e, pessoalmente, colocar as próprias opiniões e pontos de vista, participando ativamente na tomada de decisões, as partes saem convencidas de que, sendo o conflito inevitável no convívio social, são capazes de, autonomamente, construir a melhor alternativa para seguir em frente.

A mediação, diferentemente da jurisdição estatal, não se baseia em regras e ritos previamente determinados pela lei ou em precedentes jurisprudenciais. A justiça da mediação se funda no consenso das convicções dos envolvidos, acolhendo as complexidades de uma sociedade multicultural em aspectos não só legais, mas também pessoais, morais, religiosos e práticos.



A solução rápida das disputas, com redução de custos diretos e indiretos, a confidencialidade, a preservação das relações entre as partes envolvidas e a diminuição das incertezas relativas aos resultados são valiosos benefícios proporcionados pela mediação

As partes não se limitam à solução de uma questão pontual, já que compartilham livremente informações, decidem sem base probatória, usam a criatividade e expandem o objeto da discussão.

Em suma, a mediação oportuniza aos interessados um ambiente neutro e seguro para que, se assim o desejarem, sejam eles os protagonistas da solução de seus problemas, resgatando a autonomia para gestão dos seus interesses, fazendo valer a sua vontade, definindo os rumos de sua própria existência. Isso, inegavelmente, representa acesso à Justiça. 



Maria Candida do Amaral Kroetz é Professora Adjunta de Direito Civil da UFPR e Membro do Conselho Administrativo da Arbitac

Solução rápida nas disputas

O que é mediação?

Maria Candida do Amaral Kroetz:

A mediação é um processo voluntário para resolução de conflitos onde um terceiro neutro ajuda as partes em conflito a terem uma conversa e juntas negociarem para chegar, ou não, a uma solução prática para o problema.

Quais são as vantagens da mediação?

MCAK_ A solução rápida das disputas, com redução de custos diretos e indiretos, a confidencialidade, a preservação das relações entre as partes envolvidas e a diminuição das incertezas relativas aos resultados do processo são valiosos benefícios proporcionados pela utilização da mediação como método para resolução de conflitos.

Quem é o mediador?

MCAK_ Na mediação extrajudicial, o mediador pode ser qualquer pessoa neutra, escolhida ou aceita pelas partes envolvidas, desde que tenha a confiança delas e seja capacitada para mediar. O mediador não é um juiz porque não decide a controvérsia, apenas auxilia as partes a comunicarem-se e a negociar visando um acordo.

Quais são as espécies de mediação?

MCAK_ No Brasil, existem três espécies de mediação: a EXTRAJUDICIAL, que acontece no âmbito privado, sem intervenção estatal, a PRÉ-PROCESSUAL que tem lugar nos Centros

Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) antes do ajuizamento dos processos e a JUDICIAL que ocorre no âmbito do Poder Judiciário depois de ajuizado um processo judicial, logo no início, com a designação da audiência de mediação, ou a qualquer momento durante o curso do processo judicial.

Há base legal para mediação?

MCAK_ Sim. Existe a Lei de Mediação (Lei 13.140, de 26/06/2015). O Código de Processo Civil regula a mediação judicial nos artigos 165 a 175 e a audiência de conciliação ou mediação no artigo 334. Além disso a Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça regula a Política Pública de Tratamento Adequado de Conflitos e refere-se à mediação.

A mediação é obrigatória?

MCAK_ A mediação é por definição um procedimento voluntário, ou seja, só participa quem quer. A mediação extrajudicial só é obrigatória se houver previsão contratual prévia neste sentido. A mediação judicial pode ser dispensada se ambas as partes do processo manifestarem expressamente desinteresse na composição consensual.

As partes precisam de advogado na mediação?

MCAK_ Na mediação extrajudicial a presença de advogado para assistir a parte na reunião só é necessária se a outra parte vier acompanhada de advogado.

Que tipo de questão pode ser resolvida pela mediação?

MCAK_ Qualquer questão que verse sobre direitos disponíveis ou direitos indisponíveis que admitam transação. Na área empresarial é muito frequente a utilização da mediação nas questões relativas a contratos de construção civil, de agência ou representação comercial, franquia, locação, bancários, compra e venda, entre outros. Também é muito difundido o uso da mediação para resolução de conflitos trabalhistas, familiares e escolares.

É necessário fazer acordo na mediação?

MCAK_ Não, pois é possível que as negociações não levem a um consenso. É também admissível que o acordo seja apenas parcial, resolvendo alguns aspectos do conflito.

O acordo na mediação cria obrigações?

MCAK_ Sim. Se as partes chegarem a um acordo e o assinarem, ele vale como um título executivo. Vale dizer, o acordo assinado gera obrigações para as partes.

Depois da mediação é possível levar a questão para a apreciação do judiciário ou para a arbitragem?

MCAK_ As partes não são obrigadas a chegar a um acordo, mas se o fizerem ele é definitivo. A questão não poderá ser apreciada pelo juiz, árbitro ou tribunal. O acordo é irrecorrível. De outro lado, se não houver acordo a questão poderá ser submetida a outros métodos de resolução de conflitos.

A mediação é confidencial?

MCAK_ Sim. Todo o material produzido para a mediação e toda informação compartilhada na sessão de mediação será confidencial e não pode ser revelada sequer em processo judicial ou arbitral. Como exceção à regra geral, as informações relativas à ocorrência de crime de ação pública não estão abrangidas pela confidencialidade.

Onde se faz a mediação?

MCAK_ A mediação extrajudicial pode acontecer em qualquer local adequado escolhido pelas partes. Muito frequentemente as mediações acontecem nos espaços disponibilizados pelas Câmaras de Mediação para este fim.

Como começa uma mediação?

MCAK_ A pré-mediação é a fase em que são expedidos os convites para a mediação, é feita a escolha do mediador, é designada uma entrevista com as partes para explicar o processo, é firmado o termo de compromisso de mediação e o termo de confidencialidade e são feitos os preparativos para a sessão de mediação, como designação de data, local e duração.

O que acontece numa sessão de mediação?

MCAK_ O procedimento da mediação é livre, não existem regras pré-estabelecidas para discipliná-lo. Normalmente, as partes se reúnem, com a presença de seus advogados e do mediador. Este inicia com apresentações e breves esclarecimentos sobre o procedimento e o papel do mediador. Depois as partes relatam os fatos e inicia-se uma fase de troca de informações para construção de uma agenda de tópicos para discussão e geração de opções visando a construção de um acordo. Se as partes chegarem a um consenso é feita a redação do termo de acordo antes do encerramento da sessão. Também pode optar-se pela redação do termo de acordo depois de encerrada a reunião e sem a presença do mediador. Marca-se, então, novo encontro para a assinatura do mesmo.

É possível que o mediador se reúna com uma das partes apenas?

MCAK_ Sim, muitas vezes no curso da mediação são realizadas reuniões privadas do mediador com apenas uma das partes.

A mediação é por definição um procedimento voluntário, ou seja, só participa quem quer

É possível desistir do acordo feito na mediação?

MCAK_ Não, depois de assinado, o acordo é final. Qualquer modificação depende de novo consenso das partes.

A mediação é bastante utilizada?

MCAK_ Em países como os Estados Unidos e a Inglaterra a mediação é o meio utilizado para a resolução de conflitos em mais de 90% dos casos. No Brasil, ainda não há uma tradição arraigada neste sentido, mas a sua aplicação começa a difundir-se. Na Arbitrac, por exemplo, já foram realizadas mais de 150 mediações.

O que é o “Pacto de Mediação”?

MCAK_ O Pacto de Mediação ou “pledge” é uma iniciativa de caráter mundial, apoiada pelo CPR (International Institute for Conflict Prevention and Resolution) que já foi lançado no Brasil nas cidades de São Paulo (2014) e Rio de Janeiro (2015). É um incentivo para promoção da mediação. A adesão significa o reconhecimento da importância da mediação não jurisdicional como meio de gestão da resolução de controvérsias.

Quem pode aderir ao Pacto de Mediação?

MCAK_ Qualquer pessoa física ou jurídica pode aderir ao Pacto de Mediação. Ele destina-se a fomentar a consolidação das soluções consensuais no país, mediante a anuência dos operadores das várias áreas de atividade econômica, como indústria, comércio, prestação de serviços, setor bancário e financeiro, instituições de ensino, escritórios de advocacia e outros mais. 



Frequentemente as mediações acontecem nos espaços disponibilizados pelas Câmaras de Mediação para este fim

A arbitragem e o empresário



Os assuntos de ordem técnica dentro do universo corporativo são, em regra, uma demanda de profissionais com expertise no tema em foco, como engenheiros, químicos, financistas, contadores e advogados entre outros. O empresário de uma pequena e média empresa (PME) ou o CEO de uma corporação listada em bolsa, fazem a gestão do negócio, mas são subsidiados para a tomada de determinadas decisões por estes profissionais.

É um axioma o fato de que o empresário de uma PME ou o CEO da grande corporação domina seu negócio, tem visão sistêmica e dos labirintos da atividade em que atuam, assim como, e muitas vezes, avançam sobre as áreas técnicas, não com a destreza full, por óbvio, mas pelo know-how adquirido através do tempo, do interesse ou da necessidade.

O gestor conhece os impostos incidentes sobre toda a cadeia produtiva do negócio que administra, qual a máquina,

instrumento ou software adequado ou mais condizente para seu negócio, consulta as áreas técnicas, mas como dito em Hamlet, 'ouve a todos e forma seu próprio juízo'. Desta feita, há o empresário/gestor que busca o conhecimento junto as áreas técnicas, questiona, visando angariar dados para a tomada de decisão mais segura, mais pertinente e mais fundamentada para o seu negócio, por outro lado, temos aqueles que não se envolvem, não interrogam, não contestam, não sabem exatamente o porquê do caminho tomado, fazendo olhos velados sem ao certo saber os porquês.

Como exemplo e com link para o objeto deste texto, temos o conhecimento do empresário/gestor de como funciona um processo judicial, quer seja na Justiça comum estadual, como federal ou trabalhista. Tipos de ações, agravo, liminar, recurso, tempo de um processo, entendimento da jurisprudência em casos

específicos, posicionamento definitivos do STJ e STF, são elementos e terminologias usuais e da vivência do gestor quando se trata de processos judiciais envolvendo o seu negócio.

Este conhecimento decorre do envolvimento do empresário/gestor com a área jurídica, da preocupação quanto a razão de seguir determinado caminho e a consequência desta decisão – não como resultado do processo – mas da estratégia, porque fazer assim e porque não fazer.

Um instituto importante, voltado ao mundo corporativo, e de real necessidade de conhecimento do empresário, é a Arbitragem, que é um modelo singular, cabendo perguntar, por qual razão utilizar a Arbitragem e não o Poder Judiciário? Este é o primeiro questionamento que o empresário/gestor deve se fazer e buscar a resposta junto a sua área jurídica ou advogado que o assessora na formulação de um contrato.



A primazia da Arbitragem é a plena autonomia e vontade das partes, tendo ao final uma decisão irrecorrível, com um título executivo similar e com a mesma força de uma sentença judicial

Em 1996 foi editada a Lei de Arbitragem (Lei 9.307/96 com alteração dada pela Lei 13.129/15), sendo a Arbitragem, de forma direta e objetiva, um método alternativo ao Poder Judiciário de resolução de conflitos. Como previsto nesta norma, as pessoas (física e jurídica) poderão valer-se da Arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, e isto se dá através de uma cláusula no contrato que é denominada de compromissória, traduzida pela decisão das partes contratantes em submeter à Arbitragem os conflitos de qualquer natureza que possam vir a surgir, relativos a este contrato.

A Arbitragem surge com vantagens importantes frente ao Poder Judiciário, a saber:

Celeridade ► a sentença arbitral deve ser proferida dentro de 180 dias e não há recursos, bem distante do tempo de um processo judicial e este prazo é efetivamente respeitado;

Informalidade ► sem deixar de ter um método e regulamento à ser seguido, não há formas solenes, os processos são mais ativos e informais, permitindo uma participação mais direta das partes na solução do conflito;

Confidencialidade ► as partes, seus dados, o objeto do conflito, ficam protegidos de qualquer exposição, o que não ocorre nos processos judiciais que como regra são públicos, e acabam por expor detalhes do caso que não são de interesse das partes;

Especialização ► na Arbitragem, em tese, cada árbitro é especializado no

assunto que irá julgar, o que resulta em decisões mais apropriadas para os litígios, sendo que no judiciário, um juiz além do volume excessivo de processos para julgar, tem que navegar por áreas e matérias extremamente distintas como construção civil e serviço de saúde, um contrato de software de ERP e um contrato de parceria em reflorestamento;

Confiança ► os Árbitros e/ou as Câmaras de Arbitragem (como a Arbitac da ACP), são escolhidos pelas partes quando da formulação da cláusula arbitral junto ao contrato, dando a segurança necessária aos contratantes.

A primazia da Arbitragem é a plena autonomia a vontade das partes, onde se escolhe a câmara arbitral e/ou o árbitro e as normas à serem aplicadas, tendo ao final uma decisão irrecorrível, com um título executivo similar e com a mesma força de uma sentença judicial.

A indicação acima é o mais básico e o necessário para indagar, para trazer a interrogação quanto a incluir ou não uma cláusula arbitral em um contrato. Se temos todas estas vantagens que a Arbitragem traz para a resolução de conflitos contratuais, qual a razão de não ser ainda adotada de forma mais ampla?

Esbarramos na falta de conhecimento deste instituto pelos gestores das empresas, pelos administradores de contratos, e mesmo pelos profissionais do direito/advogados. Num primeiro momento, a Arbitragem surgiu com o estereótipo de ser elitizada, somente para grandes contratos e com custos elevados, fato que com o tempo foi se perdendo, pois a Arbitragem acolhe qualquer contrato, do mais módico valor ao mais básico assunto. Num segundo momento, nos deparamos com o que é desconhecido, e os profissionais que não dominam o instituto da Arbitragem podem acabar não indicando (ao subsidiar tecnicamente o empresário/gestor) este como o melhor caminho para solução de conflitos, seguindo o lugar comum do Poder Judiciário.

Verossímil que o empresário, administrador de contratos e gestores devem buscar um conhecimento maior das vantagens e desvantagens do uso da Arbitragem, em vista do contrato que irão firmar, lembrando que a Arbitragem é um seguimento do Direito, como a área trabalhista, família, tributário, e que o profissional do Direito/advogado deve ter o domínio desta ferramenta ou buscar auxílio pontual para uma demanda arbitral, sem perder sua atuação voltada ao direito material.

Ao empresário e demais envolvidos com decisões estratégicas ou a formulação dos contratos cabe, na criação destes instrumentos, propor a possibilidade do uso da Arbitragem, pois é certo que em breve todos irão se deparar com a necessidade de decidir aceitar ou não a inclusão de cláusula arbitral, com real conhecimento do caminho que está sendo seguido.

A ARBITAC

Câmara de Mediação e Arbitragem da ACP, tem à disposição dos empresários e demais interessados, todas a informações necessárias para a clareza e compreensão da Mediação e Arbitragem, realizando workshops regularmente em sua sede ou em casos específicos in company, sendo que o conhecimento possibilita a tomada de decisão mais estratégica e segura pelos administradores de contrato, gestores e empresários, com auxílio da expertise de seus profissionais. ∞



Ricardo dos Santos Abreu é vice-presidente da ACP e coordenador da Arbitac

É preciso falar sobre a reforma tributária

DESINTERESSE do Executivo federal, resistência dos governadores, descrença do empresariado e apatia da população relegaram a reforma tributária ao esquecimento. Neste momento de crise político-econômica, sequer é mencionada por atores políticos (à parte o deputado Luiz Carlos Hauly, que tem pregado a reforma em um périplo pelo Brasil) e econômicos. Mas, sem ela, é no mínimo duvidoso que o Brasil volte a crescer de forma consistente, já que o esgarçamento do sistema tributário existente é um dos grandes obstáculos à retomada da atividade econômica.

Para que o tema ocupe o lugar que merece na agenda de reformas, é indispensável a união das entidades empresariais em torno de um mínimo denominador comum. E qual seria esse mínimo? Embora existam muitos temas relevantes, tais como justiça tributária (maior tributação sobre a renda e o patrimônio e menor sobre o consumo), neutralidade econômica, simplificação das obrigações acessórias, que podem ser objeto de legislação infraconstitucional, há um que depende realmente de mudança na Constituição Federal, e que repercute em todos os demais citados: a criação de um imposto sobre valor agregado – IVA de âmbito nacional, em substituição a PIS, Cofins, IPI, Cide, ICMS e ISS. Essa, por sinal, é a parte central da proposta que está sendo gestada na comissão do Congresso presidida pelo deputado Hauly, e, sem dúvida, a de mais difícil negociação entre os entes federativos. Projetos anteriores que se inspiraram na mesma idéia acabaram por encalhar no Congresso Nacional, caso daquele relatado pelo deputado Sandro Mabel.



Por que um IVA nacional? Porque o empresário depara-se como uma selva tropical legislativa de tributos sobre o consumo: legislação federal sobre PIS, Cofins, IPI e Cide; vinte e sete legislações dos Estados e Distrito Federal sobre o ICMS, além dos convênios, protocolos e demais atos editados pelo Confaz; milhares de leis municipais disciplinando o ISS. E, é claro, junto com cada legislação uma administração fazendária própria de cada ente. Essa multiplicidade legal-administrativa torna o sistema tributário brasileiro o mais complexo do mundo, e, por conseguinte, o que demanda mais custos e horas de trabalho para ser observado, como vem atestando há anos o Banco Mundial no estudo intitulado “Doing Business”, que compara fatores de competitividade entre todos os países. No lugar disso, o IVA nacional, de forma similar ao Simples nacional, teria uma única legislação, ainda que delegando algumas poucas competências para os Estados e municípios, e uma máquina arrecadatória se não única, ao menos coordenada.

“Sem a Reforma Tributária, é no mínimo duvidoso que o Brasil volte a crescer de forma consistente.”

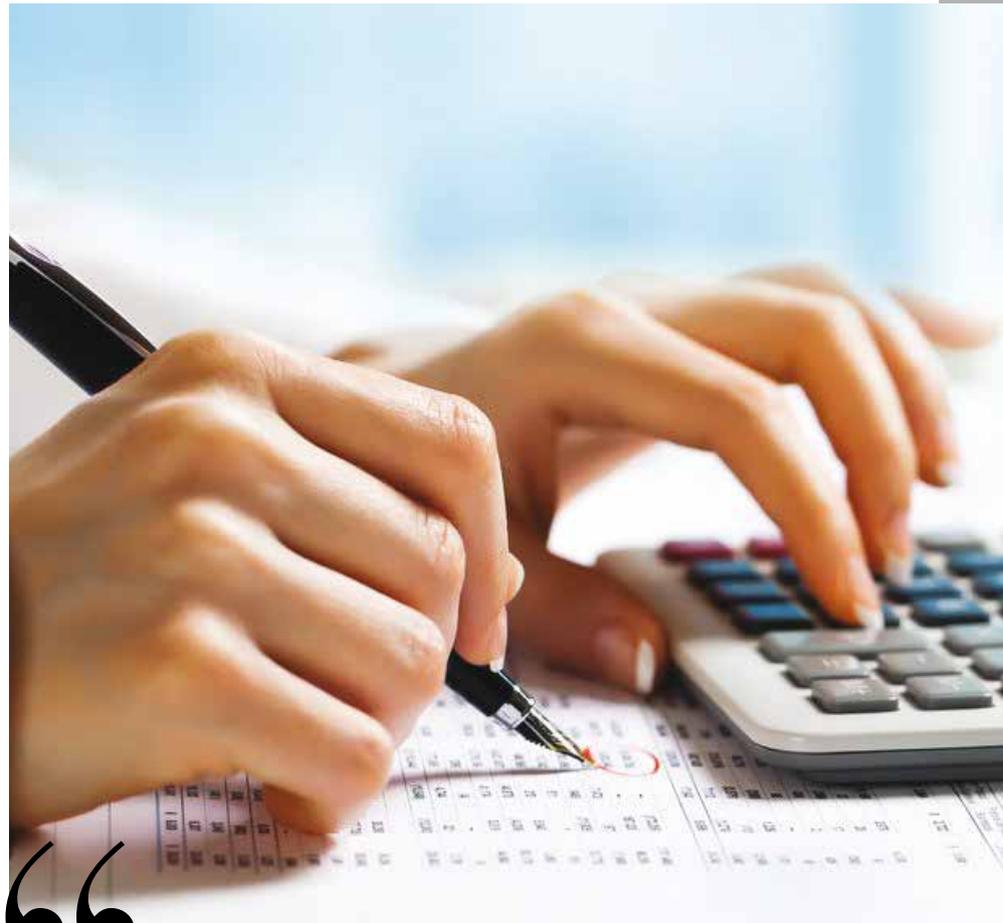
LEONARDO SPERB DE PAOLA,
COORDENADOR DO CONSELHO
DE TRIBUTAÇÃO DA ACP

O IVA também consolidaria a preponderância da atribuição do imposto ao destino, ainda que parte menor do produto da arrecadação pudesse ser alocada na origem. Isso não chega a ser novidade, pois a migração da origem para o destino já vem ocorrendo aos poucos, como se deu, recentemente, no caso das operações interestaduais para consumidores finais não contribuintes, objeto da Emenda Constitucional n. 87, de abril de 2015. É preciso apenas, observada uma suave transição, concluir esse processo.

Em decorrência da centralização legislativa e da tributação no destino, o IVA nacional praticamente acabaria com a guerra fiscal travada entre os entes federativos, que deixariam de dispor sobre incentivos tributários para atrair empresas para seus territórios. Essa disputa não tem vencedores: enfraquece a arrecadação dos Estados e, se não acompanhada por outros fatores de atração de investimentos, não garante nem mesmo a permanência das empresas beneficiadas, que, em muitos casos, alçam voo para outros Estados tão logo escoado o prazo do benefício. No seu lugar, uma nova política nacional poderia ser instituída, à luz das experiências acumuladas.

Porém, não há como ignorar as enormes dificuldades que a mudança do atual sistema para o proposto envolve. Nenhum ente federativo aceitará perdas de arrecadação, razão pela qual a grande arte consistirá na modelagem de regras de transição que evitem “apagões” fiscais. Tampouco será fácil convencer Estados e municípios a renunciarem à competência legislativa para regular ICMS e ISS. Além da dificuldade política, essa renúncia poderia ser objeto de questionamento perante o STF, por afetar o princípio federativo, expressamente declarado como intangível pela constituição.

E quanto à carga tributária? É preciso ser realista: tendo em vista o modelo de Estado Social adotado pelo Constituição, não há como reduzi-la. Pode-se, sim, aperfeiçoar sua distribuição entre as bases tributáveis, tornando-a mais justa, com menor incidência sobre o consumo e maior sobre a renda e o patrimônio, que é o sistema dominante nos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). E isso não depende de mudanças na constituição, mas de uma calibração de alíquotas, que deve ser operada de forma cautelosa, de modo a evitar perdas de arrecadação ou excessos ideológicos.



Pode-se, sim, aperfeiçoar a distribuição da carga tributária entre as bases tributáveis, tornando-a mais justa, com menor incidência sobre o consumo e maior sobre a renda e o patrimônio, que é o sistema dominante nos países que integram a OCDE

Não nos enganemos: a tarefa proposta é extremamente complexa, e requer muita vontade e legitimidade por parte dos atores que dela deverão participar, o que parece impossível no atual cenário político. Resta, no

momento, juntar forças e dar início a um trabalho de conquista de corações e mentes para, quem sabe, em 2019 um novo Executivo e um novo Congresso terem condição de implementar essa reforma. Ou, então, resignar-se a mais e mais remendos no tecido roto do sistema tributário de 1988. ☹



Leonardo Sperb de Paola é vice-presidente da ACP, Coordenador do Conselho de Tributação da ACP, Presidente do Instituto de Políticas Fiscais e Reforma Tributária – IPFis

“Sossega Leão” alerta sobre o mau uso dos recursos públicos

O MANIFESTO “SOSSEGA LEÃO”, organizado pelas Faculdades Santa Cruz, contra o aumento da carga tributária e o mau uso dos recursos públicos, foi realizado na Rua das Flores, no centro de Curitiba, reunindo empresários, estudantes e líderes de entidades de classe e empresariais. Além de denunciar a elevada carga tributária que sufoca os brasileiros, o ato também serviu como protesto pela não correção da tabela do imposto de renda pessoa física.

A ação teve início com uma caminhada partindo da Boca Maldita. Os manifestantes seguiram pelo calçadão da rua XV de Novembro até a sede da ACP onde foi montado um palco para as manifestações. Durante a caminhada foram distribuídos panfletos e cartazes com informações detalhadas sobre os impostos embutidos no preço dos produtos mais consumidos pelas famílias brasileiras, entre eles aparelho celular (40% de impostos), material escolar (50%), gasolina (41%) e conta de água (38%).

Segundo o presidente da ACP, Gláucio Geara, além dos impostos abusivos, “o grande problema hoje do Brasil é o mau uso dos recursos públicos, que precisa ser combatido. Ele entregou a uma estudante uma mão inflável com os dizeres: “O Brasil está em nossas mãos”.

O vice-presidente da ACP, Leonardo Sperb de Paola, lembrou que há uma luta permanente da ACP por menos impostos, pela contrapartida do governo com melhores serviços públicos e, principalmente, por uma correção da tabela do imposto de renda, que está defasada, fazendo com que cidadãos que deveriam estar na faixa de isenção sejam obrigados a pagar impostos sobre sua renda. O diretor do Sescap-PR Euclides Locatelli defendeu a simplificação dos tributos.



Administrar impostos no Brasil hoje é muito oneroso e gera muita dúvida em virtude das frequentes alterações na legislação. É preciso acabar com a malversação do dinheiro público para que ele seja bem empregado em prol dos brasileiros

EUCLIDES LOCATELLI, DIRETOR DO SESCAP-PR

“Administrar impostos no Brasil hoje é muito oneroso e gera muita dúvida em virtude das frequentes alterações na legislação”, disse, ao sugerir também que “é preciso acabar com a malversação do dinheiro público para que ele seja bem empregado em prol dos brasileiros”. O impostômetro, painel que calcula em tempo real o total de impostos, taxas e contribuições arrecadado no país desde o início do ano, já atingiu a marca de mais de R\$ 1 trilhão em tributos arrecadados em 2017.

No portal www.impostometro.com.br é possível visualizar os valores arrecadados em todos os estados e municípios, e também por período e categoria (produção, circulação, renda, propriedade). Em Curitiba, o painel está instalado na esquina das ruas XV de Novembro e Presidente Farias, sede da ACP.

O manifesto teve apoio de diversas entidades como Associação Comercial do Paraná, Sescap, Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), CRC-PR, Sicontiba, Sindesc, Fiep entre outras.

Ex-presidente Antonio Miguel Espolador Neto descerra foto oficial na galeria da ACP

DURANTE COMEMORAÇÃO DOS 127 ANOS DE FUNDAÇÃO DA ACP,

foi realizado descerramento da foto oficial do ex-presidente Antonio Miguel Espolador Neto que antecedeu o atual presidente Gláucio Geara.

Lembrando o aniversário de 127 anos da ACP, o presidente Gláucio Geara aproveitou para homenagear a memória do fundador Ildefonso Pereira Correa, o Barão do Serro Azul, destacando a trajetória da instituição iniciada ainda no século 19, atravessando o século 20 e cumprindo as duas primeiras décadas do século 21.

“Conduzida pelo idealismo, visão empresarial de largo espectro, espírito realizador e participativo de ilustres paranaenses, a ACP, empunhando bandeiras memoráveis, sempre ocupou posição de vanguarda na defesa dos interesses das empresas e da sociedade”, asseverou Gláucio.

Antes da apresentação da foto oficial do ex-presidente Antonio Miguel Espolador Neto, Gláucio reafirmou que a entidade se sentia “honrada e orgulhosa ao ter o nome e a imagem do homenageado inscritos em seus anais”, destacando o trabalho realizado durante a gestão 2014-2016, salientando “sua dignidade do comportamento, o trato afável, a capacidade de trabalho, a visão inovadora e a facilidade de coordenar equipes para a ação”.

O ex-presidente Antonio Miguel Espolador Neto foi presenteado com uma caneta pelo vice-presidente



O trabalho realizado foi eficiente para deixar a ACP mais moderna, tecnológica, conhecida e respeitada em todo o Estado do Paraná”

ANTONIO MIGUEL ESPOLADOR NETO, EX-PRESIDENTE DA ACP

Sinval Lobato Machado, em nome da diretoria executiva da gestão 2014-2016, e com uma foto entregue por Eduardo Kloc, presidente da Associação dos Funcionários da ACP (AFACP), em nome do quadro de colaboradores.

Em sua fala o ex-presidente Antonio Miguel agradeceu a presença das autoridades, dirigentes da ACP e de entidades representativas do setor produtivo, dos colaboradores de sua

gestão, familiares e dos muitos amigos presentes. “Ninguém consegue fazer nada sozinho”, disse ao lembrar a colaboração recebida da equipe da ACP ao longo de seu mandato como presidente, assinalando que o “trabalho realizado foi eficiente para deixar a ACP mais moderna, tecnológica, conhecida e respeitada em todo o Estado do Paraná”, encerrou.

Ganhadores recebem prêmios



OS GANHADORES DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA da campanha “Sua mãe merece um caminhão de prêmios”, promovida pela ACP para estimular as vendas na segunda melhor data do ano para o comércio varejista, receberam os prêmios a que fizeram jus no sorteio realizado em evento festivo na entidade.

O presidente da ACP, Gláucio Geara, acompanhado dos vice-presidentes Camilo Turmina, Maria Cristina Coutinho e demais diretores da entidade, procedeu a entrega dos prêmios — o conteúdo de dez caminhões carregados de mercadorias e dez aparelhos de TV LED de 32 polegadas, além de um tablet para cada um dos dez vendedores das lojas que atenderam os clientes ganhadores.

Participaram também da entrega os publicitários Luiz Teixeira e Sidney Ferreira, respectivamente presidentes da TX Publicidade e Agência 11, parceiras da ACP na organização do projeto.

A edição de 2017 da campanha, além de Curitiba, região metropolitana e litoral, foi estendida aos municípios de Foz do Iguaçu, Guarapuava, Paranavaí, Santo Antonio da Platina, Maringá e Ponta Grossa, com o preenchimento total de 1,9 milhão de cupons disponibilizados por micro, pequenas e médias empresas dos municípios citados, e investimento da ordem de R\$ 500 mil.

As TVs de 32 polegadas foram entregues aos ganhadores Neide Ivankio, da Vila Fanny, Carlos Nelson de Paula (Curitiba), Francielle Silva Santos (São José dos Pinhais), Silvana Maria de Lara (Jardim Paranaense), Amanda Zampier (Campo Largo) e Aline Cristina Costa da Silva (Boqueirão).



Os demais sorteados com as TVs, residentes no interior receberão os aparelhos em suas residências na próxima semana.

Os itens constantes da relação de mercadorias dos caminhões foram entregues simbolicamente aos sete ganhadores da capital e região, a saber, Maria Neusi Bescorovaine (Vila Fanny), Celia Carmem de Oliveira (Xaxim), Michelly Carvalho de Farias (Capão Raso), Juliane Caroline Leszkiewicz (Xaxim), Cláudia Mara Lisboa (Pilarzinho), Michelle Passaura (Sitio Cercado) e Eliza Bieberbach (Cajuru).

Os três ganhadores residentes em Paranavaí, Foz do Iguaçu e Wenceslau Braz, respectivamente Laides Mendonça, Fabiana Marta e Vitor Lopes, receberam os prêmios em suas respectivas cidades.

No encerramento do ato, o presidente Gláucio Geara parabenizou os ganhadores pelo recebimento dos prêmios, chamando a atenção “para a grande quantidade de rostos alegres e felizes”, agradecendo também às entidades parceiras nos bairros de Curitiba e do interior e às empresas engajadas pelo “excelente trabalho realizado”, além de conclamar os presentes a participarem da próxima campanha de incentivo às vendas do Natal 2017. 

CERTIFICADO DIGITAL pronto para uso é na Associação Comercial do Paraná



Preços
DIFERENCIADOS



AGENDAMENTO
de emissão



**DIVERSOS PONTOS
DE ATENDIMENTO**
no Estado



CERTIFICADO DIGITAL ACP MAIOR SEGURANÇA NAS SUAS TRANSAÇÕES



e-CNPJ

O **e-CNPJ** é a versão digital do CNPJ, que autoriza a assinatura digital para transmitir dados de operações de Pessoa Jurídica, garantindo a integridade das informações.



e-CPF

Por meio do **e-CPF** você garante a autenticidade e integridade na comunicação entre os seus dados e a Receita Federal do Brasil.



NF-e

Nota Fiscal Eletrônica, agora totalmente integrada com o sistema da Receita Federal, garantindo maior segurança e tranquilidade para você, empresário.



CT-e

O CT-e, conhecido como **Conhecimento de Transporte Eletrônico**, tem como objetivo emitir e armazenar eletronicamente todos os documentos. Tem validade em todos os Estados da Federação.

OFEREÇA AOS SEUS CLIENTES TODOS ESSES BENEFÍCIOS E FACILITE OS PROCESSOS DO DIA A DIA COM O MELHOR CUSTO DO MERCADO.

ENTRE EM CONTATO CONOSCO:
(41)3320-2929 | sac@acp.org.br

Modernização e desburocratização do registro de empresas marcam os 125 anos da Junta Comercial do Paraná

RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DA REDESIM NO ESTADO, A JUCEPAR JÁ ESTÁ INTEGRADA A RECEITA FEDERAL E A 211 MUNICÍPIOS PARANAENSES

RUA BARÃO DO SERRO AZUL, Nº 316. O endereço da sede da Junta Comercial do Paraná (Jucepar) mantém a autarquia estadual ligada à sua história, mas a instituição não parou no tempo. Muito pelo contrário. Fundada no ano de 1892, por Ildelfonso Pereira Correia (o Barão do Serro Azul), em 2007, a Jucepar passou a ser a responsável pela implantação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) no Estado e, a partir daí, iniciou um profundo processo de modernização do registro de empresas no Paraná.

Operada no Estado pelo programa Empresa Fácil Paraná, a Redesim é um sistema integrado que permite a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas em todas as Juntas Comerciais do Brasil, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário. O presidente da Jucepar, Ardisson Akel, explica que antes da implantação do sistema Empresa Fácil, o processo de abertura de empresas no Paraná percorria uma série de etapas de registro em diferentes órgãos. Como consulta de nome empresarial na Junta Comercial, de viabilidade de localização e atividade por endereço na prefeitura, registro como contribuinte no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na Receita Federal, registro de contribuinte estadual na Secretaria da Fazenda do Estado e, ainda, uma série de licenciamentos: do Corpo de Bombeiros, alvará sanitário na Vigilância Sanitária, licença ambiental na Secretaria do Meio Ambiente e outras. “Eram mais de dez passos envolvidos, que muito além do



deslocamento físico do contador ou do empresário, exigiam repetição de informações e a apresentação de diversos documentos. Hoje, só é preciso ir à Jucepar para protocolar o processo, pois até mesmo a retirada pode ser feita via internet”, esclarece Akel.

O presidente também destaca que, com o Empresa Fácil, a Jucepar passou a ser a porta única de entrada dos dados para o registro empresarial e compartilha esses dados com os demais órgãos por sistema. Como os processos são todos digitalizados, também foi possível implantar a ‘fila única’ para análise, ou seja, um processo de Curitiba pode ser analisado em Londrina, caso os relatores da

capital estejam todos ocupados. Desta forma, tudo é analisado no mesmo dia em que é protocolado na autarquia.

No Paraná, mais de 211 prefeituras já estão integradas à Junta Comercial, e nessas localidades a consulta de viabilidade de endereço, a emissão de alvará e o registro como contribuinte municipal são feitos automaticamente pelo sistema. Com exceção da capital, nos outros 398 municípios do Paraná, também é a Jucepar que emite a inscrição no CNPJ da Receita Federal, situação que deve mudar em breve, pois Curitiba deve ser a próxima a ser integrada ao Empresa Fácil.

Para o presidente da Jucepar, a implantação do programa em Curitiba representa um grande passo na meta da autarquia, que é a de facilitar o empreendedorismo e a formalização de novos negócios no Paraná. “Como maior centro econômico do Estado, Curitiba não poderia ficar de fora desse projeto audacioso, que prevê a integração de todos os registros públicos através da centralização da Junta Comercial. O prefeito Rafael Greca acolheu essa parceria conosco com entusiasmo, e temos certeza que essa ação refletirá na geração de empregos e aumento de renda para a população não só de Curitiba, mas de todo Estado”, afirma, destacando que, além da capital, até o fim de 2017, os outros 188 municípios devem ser integrados à Jucepar.

Por meio do programa Empresa Fácil, a Jucepar já está integrada também à Vigilância Sanitária, com o Sistema Estadual de Informações em Vigilância Sanitária (SIEVISA). Entre as próximas integrações, estão os convênios com o Corpo de Bombeiros, por meio do programa de licenciamento prévio Prev Fogo, que já opera em fase de testes, com a Secretaria estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e com a Secretaria estadual da Fazenda.



CHEGA DE PAPEL_

O próximo grande passo da Jucepar rumo à modernização do registro, alteração e baixa de empresas será a eliminação total dos documentos em papel. Com o lançamento da Junta Digital, a autarquia pretende acabar com a necessidade de documentos físicos, adotando o registro digital.

Para realizar esse tipo de registro, será necessário o uso do certificado digital. O Registro Digital consiste no envio eletrônico de documentos assinados digitalmente. A ação substitui os documentos em formato físico, com firmas reconhecidas em cartório.

Akel explica que o procedimento digital oferecerá ainda mais segurança jurídica aos empresários, uma vez que é exigido certificado digital e assinatura eletrônica com validade jurídica para acessar os serviços. Além disso, os custos e prazos para o empresário também serão reduzidos.

“A Junta Digital corresponde ao processo de desburocratização na prática. Se queremos o progresso do nosso Estado é assim que vamos chegar lá, com as instituições públicas investindo em modernidade e trabalhando de maneira a facilitar a vida das pessoas”, afirma Akel.

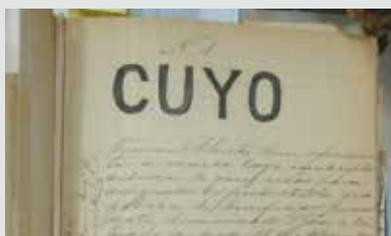
JUCEPAR E ACP_

A Junta Comercial do Paraná foi fundada por mérito da ACP. Em 1892, o Barão do Serro Azul, Ildefonso Correia, então presidente da ACP, fundou a Jucepar, que até 1890 funcionava em uma sala dentro da associação. Outra ligação entre as entidades é que o primeiro presidente da Jucepar, José Fernandes Loureiro, antes de assumir o cargo na Junta era vice-presidente da ACP.

O atual presidente da Jucepar, Ardisson Akel, também já presidiu a ACP entre os anos de 1996 e 1998. O presidente da ACP, Gláucio Gera, é integrante do Conselho de Administração da Junta Comercial e a Associação está também representada no Colégio de Vogais da autarquia por Henrique Domakoski.



_JOÃO FERRAZ DE CAMPOS, NO DIA DA POSSE DA PRESIDÊNCIA DA JUCEPAR, RECEBE OS CUMPRIMENTOS DE NEY BRAGA, ACOMPANHADO DE JAYME LERNER, O ENTÃO PREFEITO DE CURITIBA



Sedes_

Desde a sua criação, em 1892, a Jucepar fixou-se em oito endereços, sempre situados em Curitiba. O primeiro foi na Praça Tiradentes, 40, onde permaneceu até 1896, quando mudou-se para a rua XV de Novembro, 57, sua moradia durante 30 anos. A Jucepar está na Rua Barão do Serro Azul, 316, desde 1980.

Marcas Registradas_

A Jucepar foi a instituição responsável por abrigar as primeiras marcas criadas e registradas no Paraná. A número 1 do livro é a marca CUYO, referente a um engenho de mate, de propriedade de Virmond Santos, registrada em 16 de dezembro de 1892. O primeiro registro de empresa individual foi o da firma Barão do Serro Azul.

Fazer parte do Cadastro Positivo passa a ser fundamental para o consumidor

CONSUMIDOR DEVERÁ FIRMAR TERMO DE AUTORIZAÇÃO
PARA LIBERAR ACESSO ÀS INFORMAÇÕES



SE POR UM LADO a aprovação da Medida Provisória que tornará automática a adesão dos consumidores brasileiros ao banco de dados de bons pagadores, em virtude da alteração na Lei 12.414/2011 está, por tempo indeterminado, pendente em Brasília, por outro, passa a ser cada vez mais contundente a responsabilidade de o consumidor conhecer e entender o que de fato é e para que serve o Cadastro

Positivo. Essa é a opinião da Boa Vista SCPC, empresa que administra o Serviço Central de Proteção ao Crédito, e que oferece soluções analíticas para as decisões de crédito e gestão de negócios, tanto para empresas quanto para consumidores.

Segundo Pablo Nemirovsky, superintendente de Serviços ao Consumidor da Boa Vista SCPC, o tema Cadastro Positivo é recorrente no mercado de crédito

brasileiro mesmo antes da criação da Lei em 2011, por ser o contraponto viável ao sistema de informações de maus pagadores, também conhecido como cadastro de inadimplentes. Por isso, não há mais como ficar indiferente às discussões acerca das questões que afetam a análise de crédito no país, haja vista que o Cadastro Positivo permitirá a consulta com base em informações positivas, e não mais apenas as negativas.

Apesar de haver a Medida Provisória que pode vir a instituir automaticamente mais de 120 milhões de brasileiros, de acordo com a população economicamente ativa no país, aos bancos de dados com informações positivas, como a Boa Vista SCPC, consideramos relevante que o consumidor se informe sobre o Cadastro Positivo, já que se trata de uma realidade da qual não há como ficar indiferente. O Cadastro Positivo já existe em muitos países, como nos Estados Unidos e no Chile, e é algo que veio para ficar. É benéfico para o mercado de crédito como um todo por permitir uma análise de risco mais assertiva por parte dos credores e, principalmente, permite que os consumidores sejam avaliados pelas contas que são pagas por eles e não apenas por aquelas que, eventualmente, deixaram de pagar. O consumidor que entende as vantagens, não ficará de fora, opina Nemirovsky.

Um dos principais benefícios é o de dar mais poder de decisão aos bons pagadores, além de melhores taxas de juros. Fato que deve refletir nos níveis de inadimplência, que atualmente atinge cerca de 59 milhões de brasileiros, de acordo com a Boa Vista SCPC. O Cadastro Positivo é um banco de dados de adimplimento, no qual são apontados os compromissos financeiros e os pagamentos relativos às operações de crédito e serviços, liquidadas ou em andamento, por consumidores ou empresas. Principalmente para quem tem ou teve dívidas recentes, permite que não seja avaliado apenas pela dívida, mas sim por toda a capacidade de pagamento (água, luz, empréstimos, cartão de crédito, financiamentos, etc.).

De acordo com o superintendente da Boa Vista SCPC, outra vantagem do Cadastro Positivo é a ajuda que as informações de adimplimento podem dar ao consumidor para melhorar seu score, ou

seja, uma boa pontuação para conseguir crédito no mercado, seja para um empréstimo, financiamento ou carnê, por exemplo. Para ter um score adequado, que apresente uma boa pontuação, a Boa Vista orienta o consumidor além de aderir ao Cadastro Positivo, manter a vida financeira organizada, evitando pagar contas com atraso e ficar com o nome negativado.

O Cadastro Positivo pode ajudar a melhorar a pontuação do score, já que mostra a pontualidade no pagamento das contas, sejam as de consumo, como água, energia elétrica, gás, ou mesmo as bancárias, do varejo, entre outras. As informações positivas, ou seja, as de pontualidade no pagamento das contas, também poderão ser levadas em conta na composição do score. Por isso, com o tempo, uma pessoa que tem uma pontuação não tão boa pode alcançar um nível de pontuação maior, já que a análise do comportamento é dinâmica e é atualizada periodicamente, esclarece Nemirovsky.

O consumidor pode entrar no portal www.consumidorpositivo.com.br e fazer a adesão ao Cadastro Positivo de forma simples, rápida e gratuita. Para isso basta acessar o portal e se cadastrar seguindo o passo a passo. O consumidor pode ainda se dirigir a um dos postos de atendimento da Boa Vista SCPC, munido de documentos pessoais; ou fazê-lo por meio de correspondência, enviando o termo de adesão mais as cópias dos documentos, para Caixa Postal 660, Centro São Paulo/SP CEP 01031-970. Também no portal Consumidor Positivo é possível acessar o Score Boa Vista. A consulta da pontuação pode ser feita 24 horas por dia, sete dias da semana, de qualquer dispositivo eletrônico (computador, smartphone ou tablet), também gratuitamente.

Cadastro Positivo
bom para você, bom para o País



SOBRE A BOA VISTA SCPC_

A Boa Vista SCPC é uma empresa que oferece as melhores soluções para a tomada de decisões sustentáveis de crédito e gestão de negócios, e para prevenção contra fraudes. Sua base de dados contém mais de 350 milhões de informações comerciais sobre consumidores e empresas, e registra mais de 42 milhões de transações de negócios por dia.

É a única empresa que oferece ao consumidor a consulta gratuita de seus débitos pela internet (www.consumidorpositivo.com.br), registrados em seu banco de dados. Também atua no mercado de segurança eletrônica de transações e identificação, provendo serviços de certificação digital.

Está presente em todo o Brasil por meio de escritórios regionais e distribuidores, além da parceria com mais de 2 mil entidades representativas do comércio, da indústria e do setor de serviços. Inovadora e controlada por brasileiros, a Boa Vista SCPC opera também o Cadastro Positivo no País e investe continuamente em tecnologia de ponta para atender à sua crescente carteira de clientes em todo o território nacional.

Ferramenta da ACP/Boa Vista SCPC entrega solução com inteligência analítica para PJ



“O Gerenciamento de Carteira auxilia em todas as fases do ciclo de negócios: prospecção, concessão, gestão da carteira e recuperação de inadimplentes”

MARIA DOLORES GIL DE OLIVEIRA,
DIRETORA DE PRODUTOS
DA BOA VISTA

AGILIDADE NA TOMADA DE DECISÃO ao unificar as informações da empresa e dos sócios em uma mesma plataforma é apenas um dos benefícios da plataforma Gerenciamento de Carteira (GC) disponibilizada ao mercado pela ACP/Boa Vista SCPC.

Desenvolvida para entregar aos fornecedores relatórios completos com inteligência analítica agregada, a ferramenta Gerenciamento de Carteira analisa e acompanha o comportamento da empresa-cliente e dispara avisos, sempre que houver alterações na empresa monitorada, seus sócios e participações.

“O GC auxilia em todas as fases do ciclo de negócios: prospecção, concessão,

gestão da carteira e recuperação de inadimplentes. É um verdadeiro aliado nas decisões estratégicas de transações comerciais”, explica Maria Dolores Gil de Oliveira, diretora de Produtos da Boa Vista.

Para o fornecedor, o GC significa aumento nas vendas para aqueles clientes que representam baixo risco e alto potencial, redução das perdas com clientes de alto risco, definições de estratégias de cobrança e prospecção de novos clientes.

Com as informações enviadas pela ferramenta GC é possível redução das despesas com cobrança por meio das ações antecipadas de redução da

inadimplência; mais segurança na análise de pequenas empresas, nas quais o comportamento do sócio impacta diretamente no risco; e análise completa quando avaliado o conglomerado de empresas, considerando em conjunto as informações da empresa e das empresas por ela participada.

Outros diferenciais do Gerenciamento de Carteira, em relação à concorrência, são não limitar o número de consultas a relatórios completos (que consideram informações cadastrais, restritivas e dos sócios) sobre o documento monitorado – sem custo adicional e sem a necessidade de incluir o rating e o monitoramento de empresas participadas. **BOA**

Gestão de pessoas é desafio para RH estratégico

EM PARCERIA COM A ESCOLA DE COMÉRCIO DA ACP, o escritório regional do Great Place to Work (GPTW), organização que chegou ao Brasil em 1997, realizou palestra de Daniela Diniz, diretora de Conteúdos e Eventos do GPTW Brasil, sobre a eficiência do RH estratégico nas melhores empresas para trabalhar.

Na oportunidade, Rodrigo Chibior, CEO da Perkins Motores do Brasil, e Cassio Vargas Pinto, diretor de Recursos Humanos da Copel Distribuidora, ambas premiadas na lista de 2016 das melhores empresas paranaenses para trabalhar, apresentaram um relato dos avanços obtidos pelas mesmas no relacionamento positivo com os colaboradores.

O presidente da ACP, Gláucio Geara, saudou os executivos Hilgo Gonçalves e Cláudia Malschitzky, respectivamente embaixador do GPTW no Brasil e diretora executiva do escritório regional da marca, instalado em janeiro de 2016, reiterando que as empresas registram ganhos significativos quando se preparam para “ouvir o que os colaboradores pensam sobre elas e seus líderes, uma das chaves para a conquista de benefícios e sustentação dos resultados”.

O GPTW aproveitou o evento para o lançamento oficial da lista 2017 de melhores empresas paranaenses, destacando que das 150 empresas inscritas no ano passado “onze fizeram parte da lista nacional e três da lista referente aos países da América Latina”. A lista de 2017 terá 50 empresas destacadas como as melhores para trabalhar, sendo que no ano passado 35 obtiveram a premiação.



—DANIELA DINIZ, DIRETORA DE CONTEÚDOS E EVENTOS DO GPTW BRASIL

Ao longo de sua exposição, a jornalista Daniela Diniz, ex-editora das revistas *Você S/A* e *Você RH* (Grupo Abril), salientou a necessidade de entender que o “RH estratégico não é somente operacional na empresa moderna”, ao explicar que essa é a missão da instituição atuante em 53 países por meio de escritórios regionais, que englobam sete mil empresas e 12 milhões de empregados.

Ela descreveu também as novas atribuições assumidas pelos departamentos de RH com o transcorrer do tempo até a adoção do chamado RH estratégico, que começou a equacionar desafios representados pelo protagonismo de carreira do

próprio colaborador, novidade que apareceu no final da década de 90.

Lembrando que a importância e os desafios do RH estratégico na gestão e cuidado das pessoas que trabalham nas empresas, ficaram mais explícitos a partir de 2010, diante da necessidade de definir prioridades altas e baixas e agir com maior competência nas decisões, Daniela exemplificou com a situação de 2010, “época em que o Brasil viveu um clima de pleno emprego, com déficit de candidatos aos empregos que sobravam, até chegar atualmente a uma demissão em massa, com mais de 12 milhões de desempregados”. ∞

Direito do Idoso em pauta na OAB



O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ (ACP), Gláucio Geara, esteve na sede da OAB-PR, em Curitiba, para abordar o tema da “inserção e produtividade do idoso”, durante evento organizado Comissão Nacional dos Direitos dos Idosos.

A convite da presidente do comitê, advogada Rosângela Maria Lucinda, Geara discorreu sobre os assuntos inerentes à terceira idade, bem como a mudança de perspectivas profissionais, pessoais e de direitos das pessoas com idade superior a 60 anos.

De acordo com o que foi apresentado durante o evento, historicamente, a expectativa de vida no Brasil era de apenas 35 anos em 1910, passando de 75 anos nos dias de hoje. Todavia, em menos de 40 anos, estes brasileiros de 1980 passaram a ter a expectativa de viverem 25 anos a mais. “E assim se acontecerá com o tempo, com a evolução da sociedade humana, desenvolvimento das nações e avanço da medicina, existindo a previsão de que no ano de 2050 (daqui a 33 anos), a metade da população do Brasil será composta de cidadãos com mais de 60 anos de idade”, disse Geara.

“

O mercado de trabalho no Brasil ainda não entendeu as oportunidades de oferecer empregabilidade e reinserção aos idosos”

GLAUCIO GEARA, PRESIDENTE DA ACP



Com o aumento populacional do idoso, nos últimos 30 anos a população com esta faixa etária no Brasil dobrou de 7% para 14%, fenômeno propiciado por mudanças no estilo de vida, avanço das técnicas da medicina e pesquisas legais sobre células tronco.

“No Brasil, os idosos já participam de forma significativa para a economia, uma vez que 65% dos idosos aposentados são as pessoas responsáveis pelo sustento da família e muitas são as causas deste fenômeno que não temos como discutir neste painel”, disse Geara. Essa realidade pode ser verificada nos dados demográficos que apontam que 30% dos idosos estão exercendo alguma atividade laborativa, e, entre estes, o segmento de 70 anos ou mais apresenta um percentual significativo de idosos ocupados no mercado de trabalho (18%).

Grande parte dos idosos ainda integra a população economicamente ativa do país, também por encontrar dificuldades em manter a vida pessoal e familiar básica diante dos valores deficitários de aposentadoria - o valor médio das aposentadorias do INSS do setor privado foi de R\$ 1.283,93 em 2016 representando menos de 1,3 salário mínimo, sendo o teto previdenciário R\$ 5.531,31.

O IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO_

A Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial da Saúde (OMS) adotam em seus regulamentos a “ideologia do envelhecimento ativo”, visando a inserção total do idoso na vida social e econômica do país. Essas diretrizes são determinantes para reforçar a ideia de criação de vagas e oportunidades de empregos para os idosos.

O Estatuto do Idoso completará 14 anos e, segundo especialistas, sua aplicação está defasada na estrutura social e econômica do país. “E isto pode ser verdadeiro, pois estamos aqui a discutir o universo da pessoa idosa à luz deste marco regulatório trazido pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 que o instituiu”, destacou Geara. O regulamento foi intitulado pelo princípio constitucional da proteção social inserto nos artigos 203 e 230, com ênfase no preceito do artigo 230 da Carta Magna que diz: “A Família, a Sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes direito à vida”.

PROPOSTAS_

“O Brasil ainda não entendeu as oportunidades de oferecer empregabilidade e reinserção aos idosos. Esta realidade exige novas políticas públicas e ações do setor privado para atendimento aos maiores de 60 anos”, disse Geara. Para ele, este panorama exige novas políticas públicas e ações do setor privado para atendimento aos idosos, a começar pelo apoio ao Regime Especial de Trabalho do Aposentado (Reta), do Governo Federal. “Também é necessário oferecer oportunidades flexíveis de trabalho, passar a permitir que empresas estejam livres de contribuições previdenciárias em regime especial, além da criação de cotas no setor educacional para idosos. Ao finalizar a palestra, Geara revelou a intenção de criar um banco de empregos na AC direcionado para empresas que queiram contratar idosos, bem como como ferramenta para divulgação de currículos e oportunidades para pessoas interessadas, com apoio da OAB/PR e entidades parceiras. ∞

8º Interbusiness propõe discussão sobre performance em ambiente instável



PERFORMANCE EM AMBIENTE INSTÁVEL foi o tema abordado pelo presidente da ACP, Gláucio Gears, durante a 8ª edição do Interbusiness em Curitiba, programa de internacionalização que envolve empresas, negócios e carreiras. A oitava edição do seminário foi realizada no auditório da Faculdade de ensino Superior do Paraná (Fesp), entre 23 e 24 de junho e é parte da programação da Orlando Week, com palestras que orbitaram no tema “Neuro Inovação – Inovar é Obrigatório, Crescer é Opcional”.

Ao discorrer sobre o cenário brasileiro de crise econômica e política enquanto ambiente instável para empresas, Gears descreveu como se deu o aprofundamento

da atual situação do país com a dificuldade do governo nas relações com o Congresso e a descoberta do maior esquema de corrupção da história brasileira – o Petrolão.

“Um país pobre passou a gastar como rico, em vez de aproveitar o momento para investir em infraestrutura como portos, aeroportos e rodovias. O governos do PT perderam a oportunidade histórica de promover as reformas estruturais do país”, disse Gears.

De acordo com ele, após agravamento da situação contabilizam-se três anos seguidos de queda no PIB, 14 milhões de desempregados, vendas do comércio em queda, setor público cada vez mais custoso para os cidadãos.

“Quem efetivamente precisava de estímulo e crédito para crescer está pagando a conta. Por isso o ambiente econômico instável não pode ser dissociado da crise na política: o quadro é de corrupção sistêmica e a crise de liderança sem precedentes.

Para Gears, a solução passa por uma vasta agenda de reformas, tais como previdenciária, tributária e trabalhista, além da reforma política, necessária para reestruturar o sistema político. “Essas reformas terão impacto a médio e a longo prazo e são vitais para a retomada da confiança e dos investimentos. Para o curto prazo é preciso um choque na economia”, destacou. 

Marketing Services ACP

Encontre clientes potenciais para sua empresa



Maior segurança e eficácia em suas ações de marketing.



Ações direcionadas



Segmentação geográfica



Prospecção Qualificada



Higienização e Enriquecimento de Base

Principais informações - PF e PJ

- | | | |
|--------------------------|---------------------------|-------------------------|
| ✓ Situação Cadastral CPF | ✓ Atividade de Crédito | ✓ Razão Social |
| ✓ Nome Completo | ✓ Profissão/Ocupação | ✓ CNAE (1º e 2º) |
| ✓ Escolaridade | ✓ Renda Presumida | ✓ Restritivo |
| ✓ Sexo | ✓ Score de Propensão | ✓ Classe de Risco PJ |
| ✓ Telefone | ✓ Restritivo | ✓ Capital Social |
| ✓ Classe de Risco PF | ✓ Participação Societária | ✓ Faturamento Presumido |

Direcione sua estratégia de prospecção de clientes e fornecedores para o público com maior índice e potencial de compra e pagamento!

Por meio de filtros de segmentação geográfica, comportamental e de risco, classifique os consumidores e empresas a fim de selecionar o público-alvo mais adequado e assertivo para ações de rentabilização de carteira e prospecção.

SOLICITE UMA PROPOSTA:
41 3320-2929 | sac@acp.org.br

ACO ACP
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

BoaVista SCPC

Campanha Maio Amarelo, um alerta aos perigos do trânsito



PAULO SERGIO VALLES (CÂMARA SETORIAL DE BICICLETAS), LUIZ ANTONIO ABIB (CÂMARA SETORIAL DE SEGUROS), PAULO BRUNEL (VICE-PRESIDENTE DA ACP E COORDENADOR DO CONSELHO DAS CÂMARAS SETORIAIS), FABIANA CURI (COORDENADORA DO CURSO DE RECICLAGEM DO DETRAN-PR), CELSO ALVES MARIANO (CÂMARA SETORIAL DE TRÂNSITO) E ALEXANDRE LUVIZOTTO (SETRAN)

A CAMPANHA MAIO AMARELO, que tem apoio da ACP, visa colocar em pauta o tema segurança viária e mobilizar toda a sociedade, envolvendo os mais diversos segmentos: órgãos de governos, empresas, entidades de classe, associações, federações e sociedade civil organizada para discutir o tema engajar-se em ações e propagar o conhecimento.

A iniciativa contou com a participação do Conselho de Câmaras Setoriais, coordenado pelo vice-presidente Paulo

Brunel, com apoio da Câmara Setorial de Trânsito, representada por Celso Alves Mariano durante o evento. Contou com o apoio do Detran Paraná, Observatório Nacional de Segurança Viária e Secretaria Municipal de Saúde.

No lançamento do evento, no calçadão Rua XV, em frente ao prédio histórico da ACP, foi exposto um automóvel totalmente destruído, forma que adquiriu após ter se envolvido num acidente de trânsito. O veículo contribui para demonstrar a

gravidade do tema e tem atraído olhares curiosos dos transeuntes.

Para o presidente da ACP, Gláucio Gebara, “é louvável e, acima de tudo, de indiscutível relevância, a formação dessa força tarefa reunindo entidades públicas e privadas, no sentido de trabalhar pela conscientização da sociedade para um fato realista e chocante que, anualmente, mata milhares de pessoas em nosso país, deixa outros milhares de feridos, e marca com o luto grande número de famílias”, disse

CONSCIENTIZAÇÃO

Os acidentes de trânsito chegam a custar cerca de 50 bilhões de reais aos cofres públicos em internamentos, cirurgias e atendimento hospitalar às vítimas. Morrem a cada ano no Brasil 45 mil pessoas em acidentes de trânsito, além das 160 mil que acabam adquirindo graves lesões que comprometem sua capacidade de locomoção e trabalho, de acordo com dados do SUS.

De acordo com Paulo Brunel, o engajamento da ACP à campanha é um convite para que os cidadãos debatam e se conscientizem sobre a gravidade do trânsito brasileiro, “dando amplitude ao tema, assim buscando soluções”, encerrou.

No encerramento da semana de atividades relativas ao movimento mundial Maio Amarelo, destinado a conscientizar a população quanto aos os prejuízos causados pelos acidentes de trânsito, especialmente sobre o grande número de vítimas fatais, portadores de sequelas e gastos hospitalares, os integrantes do Conselho de Câmaras Setoriais prestaram homenagem ao Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma de Emergência (Siate), na pessoa do cabo Nilson Antonio Machado, o mais antigo socorrista em atividade no primeiro grupamento de bombeiros de Curitiba, que está completando 25 anos de carreira.

A homenagem consistiu na entrega do certificado de reconhecimento aos excelentes serviços de atendimento às vítimas de acidentes socorridas inicialmente pelo Siate e posterior encaminhamento aos hospitais, assinado pelo presidente Gláucio Geara e pelo coordenador do conselho, vice-presidente Paulo Roberto Brunel.

O presidente Gláucio Geara chamou a atenção para o valor da educação para o trânsito, ao lembrar que morrem por dia cinco pessoas no Paraná, que “gasta cerca de R\$ 4 bilhões por ano de recursos para a área de saúde em atendimento e internações hospitalares de vítimas de acidentes em rodovias e ruas de centros urbanos”.

“O número diário de vítimas fatais do trânsito no Brasil é de 180 a 200 pessoas. É como se caísse um avião por dia em nosso país”

MARCOS TRAAD,
DIRETOR GERAL DO DETRAN-PR



O diretor geral do Detran-PR, Marcos Traad, acrescentou um dado impressionante dessa realidade ao mencionar que o número diário de vítimas fatais do trânsito no Brasil é de 180 a 200 pessoas: “É como se caísse um avião por dia em nosso país”.

Esta foi a quarta semana mundial organizada pela ONU para alertar a população sobre a necessidade de dobrar o esforço educacional para a redução do número de acidentes e vítimas, cujo número anual é de 1,3 milhão de mortos.

Sustentabilidade e inovação: roteiro da empresa moderna

A conscientização sobre a importância do respeito ao meio ambiente e a sustentabilidade empresarial tem mudado a imagem de empresas perante seus consumidores de forma positiva, podendo ser decisiva, inclusive, como critério de compra.

Sobre o assunto, o entusiasta da educação executiva responsável no Brasil, Norman de Paula Arruda Filho, coordenador do Conselho para Sustentabilidade Empresarial (Casem), da ACP, falou à Revista do Comércio abordando sustentabilidade corporativa e o equilíbrio entre a lógica financeira, ética ambiental e social.



O que é sustentabilidade, afinal?

O entendimento da questão da sustentabilidade passa necessariamente por uma visão de inovação dos modelos de gestão e de governança, que hoje geram e agregam valor às empresas e aos negócios. Se você levar em consideração que isso acontece desde as pequenas, médias até as grandes empresas, perceberá que elas buscam, de uma maneira muito clara, a demonstração do que isso significa em termos de conceitos, de prática e de políticas. Isso está inserido no planejamento estratégico das empresas, definindo exatamente como é que ela age no seu modelo de produção, no seu relacionamento e com o conjunto dos seus stakeholders (públicos de interesse) como um todo. São fornecedores, parceiros, clientes, consumidores e até mesmo os concorrentes. Isso se manifesta através de uma série de ações que implicam na sua forma de produção, racionalização do uso adequado de recursos naturais, seja pela questão dos níveis de emissão que as empresas detêm e como gerenciam no sentido de redução, seja pela utilização de recursos hídricos, como a política de reuso da água, de energia e suas modalidades.

Isso vale também para a questão das embalagens e transporte.

Este conceito já está suficientemente disseminado?

Nós temos feito uma divulgação de forma sistemática. Em todas as reuniões realizadas pelo Casem, têm sido abordados diversos temas dentro desse projeto como um todo. Um dos exemplos é o palestrante Carlos Voltolini, referência na área de sustentabilidade que falou na ACP sobre questões de sustentabilidade, principalmente sobre como as grandes lideranças de empresas brasileiras hoje aplicam a gestão sustentável.

Como promover de fato o desenvolvimento sustentável?

A primeira vertente disso está sob o guarda-chuva educacional, fora disso não tem receita de bolo. Segundo ponto, temos uma matriz desenvolvida aqui no Isae e apresentada em vários eventos, a matriz 4.0 da

sustentabilidade, em que o primeiro degrau da escada diz respeito ao processo de conscientização e sensibilidade. O segundo estágio é de informação: como se faz, qual a importância disso para as empresas, para a sociedade e para o planeta. O desenvolvimento sustentável hoje já faz parte da ordem do dia das pessoas, empresas, governos.

Qual prática empresarial deve nortear o empreendedor dentro deste conceito?

Estamos falando em racionalização do uso de energia, então vou utilizar energia solar, fotovoltaica ou então vou utilizar LED. Também se deve considerar o excesso de aquecimento nos espaços, em que vale o critério de racionalizar o ar condicionado. Quando estamos falando de aquecimento, falamos de gente, ar condicionado. Isso vale para qualquer tamanho de empresa, uma grande loja de departamento, para a ACP e para qualquer espaço.

E como conciliar tudo isso com a lucratividade?

Está provado por A + B que isso racionaliza os custos, pois gera economia de gastos com água, energia e ar condicionado. Hoje é possível “dimerizar” os aparelhos de iluminação, utilizando um sistema regulador de luz nos ambientes.

Então o papel da inovação é importante para a sustentabilidade?

Sim, isto é a sustentabilidade na sua totalidade, a inovação faz parte dela. Como exemplo, posso citar os carros elétricos. Num nível de transporte coletivo, haverá um processo de simplificação dos motores, fazendo com que haja um sistema híbrido. Em termos de produção, há redução de desperdício.

Entre os princípios e instrumentos introduzidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), destacam-se a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a logística reversa. Quais ações a ACP tem desenvolvido neste sentido?

Estamos trabalhando para que a entidade estabeleça o processo de implantação, informação, conscientização dos seus associados no sentido de engajá-los no projeto, a começar pela correta destinação de pilhas e baterias. O reprocessamento destes materiais é importantíssimo porque a destinação incorreta pode provocar danos ambientais muito sérios.

Quem aplica de melhor as práticas sustentáveis?

Eu diria que o pequeno empresário, porque ele precisa influenciar seus clientes. Porque mesmo pequeno, há uma relação com o mercado e esta relação direta com o cliente é que deve ser sustentável. A própria ACP é um exemplo disso, pois faz parte do Pacto Global da ONU, iniciativa que promove princípios como a proteção ambiental, a defesa dos direitos humanos e o combate à corrupção. A participação da entidade nesta dinâmica é importante.

O que deve nortear os novos empreendedores?

Informação, sensibilização e conceito. A começar pela preocupação com a embalagem. Como exemplo cito a empresa Natura, que tem grande preocupação com a embalagem, com o reuso, com a reciclagem, e não é à toa, é porque gera valor, chamando a atenção para a imagem da empresa preocupada com o processamento de resíduos.

Então hoje a sustentabilidade não é mais questão de escolha?

Não, porque hoje o consumidor, o mercado e a sociedade levam estes conceitos como critério de comparação na hora da compra. Esta é uma conduta cobrada de prefeituras, inclusive. Há empresas que demoram a se adequar, mas estas estão perdendo mercado. O Sistema Coca-Cola Brasil, por exemplo, que passou a devolver à natureza o dobro da água que usa em seu processo produtivo, por meio de programas de reflorestamento e conservação de bacias hidrográficas e de eficiência e reuso nas fábricas. Porém, não está sabendo comunicar suas ações de forma eficiente. É preciso ter a gestão da comunicação, compliance e realidade no relacionamento com o cliente. Até pouco tempo bastava o serviços de atendimento ao consumidor (SAC), hoje, porém, se as empresas não tiverem estratégias muito além disso, o cliente vai diretamente ao Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon).

Qual contribuição a ACP pode oferecer aos seus associados?

O fato de a ACP ter um conselho voltado para a sustentabilidade corporativa, o Casem, com uma agenda parruda, contribui com palestras e workshops a fim de fomentar a conscientização sobre sustentabilidade, a começar pelos nossos associados. Não se compram em farmácias pílulas sobre informação. Então a nossa metodologia é trazer pessoas de renome que possam divulgar casos

reais e experiências, como foi o caso do Ricardo Voltolini. Significa fazer com que as melhores práticas possam ser divulgadas e, principalmente, descrever como foram implantadas. No fundo estamos falando de uma nova geração de negócios empreendedores e inovadores, que buscam relação com um futuro melhor e uma vida mais saudável, o que deve impactar em novos modelos de negócios.

A ACP, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema) e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) estão em vias de formalizar um termo de compromisso para implantação de logística reversa de pilhas e baterias portáteis no âmbito do Estado do Paraná.

Após a assinatura do documento, “iniciaremos tratativas internas com vistas a fazer levantamentos, definir a forma de atuação e principalmente, nos prepararmos para a grande responsabilidade de divulgação desta importante parceria”, disse Norman de Paula Arruda Filho.

A partir de então, caberá aos órgãos estaduais e municipais competentes, entre eles a Vigilância Sanitária e Ambiental, fazer vistorias. O Ministério Público, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, também poderá fiscalizar e exigir o atendimento e adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos prevista na Lei 12.305/2010 e Decreto 74.404/2010. Assim, dentre as possíveis penalidades, estão a aplicação de multa e o enquadramento em crimes ambientais. Além das empresas envolvidas, o consumidor também é considerado um gerador de resíduos com obrigações determinadas na legislação, devendo cumprir obrigações em relação à destinação de materiais sob pena da responsabilidade pelo ressarcimento dos gastos do poder público com eventuais ações para cessar ou minimizar o evento danoso. 

Logística ajuda a perceber tendências e adequar operações



— A CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DA META ATACADISTA É DE 10MIL METROS CÚBICOS

ABRANGENTE E ESTRATÉGICA, a área de logística é um guarda-chuva que abarca os sistemas de transporte, armazenamento, compras de suprimentos, distribuição e entrega de produtos numa empresa, organizada de tal forma a gerar economia, rapidez e segurança aos processos. Neste setor, o Brasil, segundo dados do Banco Mundial, hoje ocupa a 55ª posição numa lista composta por 160 países, tendo subido dez posições no ranking de 2016.

Na esteira deste panorama promissor, a Meta Atacadista, empresa logística sediada em Curitiba, estabeleceu-se há 17 anos e, de acordo com o fundador e diretor de negócios, Marco Antonio Arrabal Soria, o que tem garantido a sobrevivência desde sua fundação é a capacidade de perceber as tendências, adequar suas operações e ampliar o portfólio de produtos de acordo com a necessidade dos seus clientes. “Os negócios da Meta sempre foram sustentados pela qualidade de seus produtos, pelo cumprimento dos

prazos, custos diferenciados, e também pela capacidade em reagir mediante as mudanças dos cenários tecnológico, econômico, político e empresarial”, declarou.

Especializada no ramo de materiais elétricos e hidráulicos, tendo como foco principal o atendimento a lojistas, a empresa também atua com projetos luminotécnicos, projetos de eficiência energética, soluções em iluminação pública e soluções inteligentes, em todo Sul e Sudeste do país, tendo em seu portfólio mais de 10 mil produtos.

PROGRESSO ECONÔMICO_

O ramo da logística tem grande participação no desenvolvimento econômico do país, conforme dados recentes divulgados pela Associação Brasileira de Logística (Aslog), que dão conta que dois terços das empresas de logística do Brasil movimentam 20% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto 37% do custo logístico das empresas brasileiras variam entre 2% a 5% da sua receita.

Apesar disso, o retorno para o setor não vem em forma de boas condições viárias. Um dos grandes entraves para são as condições de transporte, principalmente nos eixos fora das grandes capitais. Desta forma, a Meta enfrenta um especial desafio devido ao produto que transporta – lâmpadas. “Precisamos garantir inicialmente uma acomodação segura e adequada a carga a ser transportada, de modo que o produto chegue íntegro até o cliente. O que facilita todo o processo é o fato de trabalharmos com frota própria e termos produtos à pronta entrega e utilizamos rotas alternativas de transporte, isto facilita o planejamento logístico da nossa empresa, permitindo um atendimento ágil e seguro para nossos clientes, sem onerar os custos da nossa operação”, declarou Soria.

OPORTUNIDADE EM MEIO À CRISE_

O mercado de materiais elétricos, hidráulicos e de iluminação, não diferente dos demais setores do mercado, tem sentido os impactos negativos da crise econômica que afeta a construção civil. Estes efeitos contribuíram para reduzir o desempenho das empresas neste segmento. “Todavia, temos observado que a busca pelo consumidor seja ele lojista, indústrias e/ ou empresas dos mais variados segmentos em reduzir suas despesas de manutenção e de energia elétrica, proporcionou ao mercado uma maior demanda por produtos economizadores de energia. Neste contexto podemos afirmar que as luminárias e lâmpadas com LED foram os produtos de maiores índices de crescimento em nosso portfólio de produtos”, declarou Soria.



O processo logístico bem planejado envolve quase todos os departamentos da empresa, desde as negociações iniciais originadas no departamento de compras até a entrega final do produto ao cliente

PLANEJAMENTO_

O processo logístico bem planejado envolve quase todos os departamentos da empresa, desde as negociações iniciais originadas no departamento de compras até a entrega final do produto ao cliente. Daí a importância do processo integrado, que permita uma gestão inteligente dos processos e que atenda a todas as necessidades do negócio. Por isso, o sucesso das operações envolvem mão de obra qualificada. “Este segmento enfrenta o desafio de formar profissionais que atendam às necessidades das indústrias, empresas de transporte, operadoras logísticas e de varejo. Afinal, a amplitude e complexidade inerente a este setor, requer que o profissional da atualidade esteja conectado a diversos conhecimentos intrínsecos do segmento”, disse Soria.

Para ele, as empresas deste segmento, de modo geral, investem em treinamentos e capacitação para os funcionários - hoje a Meta conta com 40 colaboradores em seu quadro de funcionários. “Nosso RH tem por regra a elaboração de pesquisas nas contratações iniciais afim de escolher, às vezes, pessoas sem as habilidades necessárias, mas com potencial para aprender e crescer. Vivemos em um mercado competitivo e as empresas precisam ser destacar pelos seus processos, entre eles, a logística é um setor primordial, pois uma logística eficaz só traz resultados positivos a organização”, encerrou. 



CLIENTE UNIMED CURITIBA TEM VANTAGENS EXCLUSIVAS NO BRASIL TODO.

SER UNIMED BRASIL CURITIBA É SINÔNIMO DE VANTAGEM.
ALÉM DE EXCELENTES PLANOS, AINDA TEM DESCONTOS
ESPECIAIS EM QUALQUER DROGA RAIA DO PAÍS.

Mínimo de

25%

de desconto

EM MEDICAMENTOS
DE MARCA TARJADOS

Mínimo de

37%

de desconto

EM MEDICAMENTOS
GENÉRICOS TARJADOS

Adquira já seu Plano de Saúde Unimed com descontos especiais que só a parceria com a Associação Comercial do Paraná oferece.



Para mais informações, ligue 41 3320-2929 ou entre em contato pelo sac@acp.org.br

ACP sugere emendas à MP 766/2017

A Medida Provisória 766/2017, de autoria do Governo Federal e que originou o Programa de Regularização Tributária, foi assunto da viagem à Brasília do integrante do Conselho de Tributação da ACP, Juarez Paim. O principal objetivo da viagem foi o de estabelecer relações com os responsáveis pelo projeto e verificar emendas propostas por diversas entidades. A visita ao Congresso Nacional, segundo Juarez, foi produtiva. “Além das conversas com deputados paranaenses Alfredo Kaefler e Evandro Roman, houve um encontro com o relator do projeto, deputado Newton Cardoso Jr (PMDB). Nessa reunião, reiterou-se a necessidade urgente do empresariado manter-se em atividade e continuar empregando, de forma que o relator mostrou-se sensível e, num texto prévio da comissão, percebe-se que várias das nossas sugestões foram acatadas”, disse.

A MP 766/2017 institui o Programa de Regularização Tributária (PRT) perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O programa tem como objetivos a prevenção e a redução de litígios administrativos ou judiciais relacionados a créditos tributários e não tributários, bem como a regularização de dívidas tributárias exigíveis, parceladas ou com exigibilidade suspensa. A adesão ao PRT deverá ser requerida no prazo de até cento e vinte dias, contado a partir da sua regulamentação pela RFB e pela PGFN, e abrangerá também a totalidade dos débitos exigíveis em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável. O PRT prevê modalidades de pagamento diferentes conforme o débito esteja inscrito ou não em Dívida Ativa da União (DAU). No primeiro caso, a administração da dívida cabe à RFB (débitos não inscritos em DAU) e, no segundo, à PGFN (débitos inscritos em DAU). 



Entidades propõem mudança na proposta que altera o Código Tributário de Curitiba

Líderes de entidades de classe se reuniram no gabinete da vereadora Katia Dittrich para sugerir mudanças no projeto de ajuste fiscal proposto pelo Executivo que tramita na Câmara Municipal de Curitiba.

O vice-presidente da ACP e coordenador do Conselho de Tributação da entidade, Leonardo Sporb de Paola, que liderou estudo feito pelas entidades (ACP, Sescap-PR, Sinduscon, CAU, Crea-PR, CRC-PR, entre outras) explicou que desde que foi editado o projeto de lei que altera o Código Tributário Municipal, as entidades deram início a um estudo detalhado de cada item e perceberam que cerca de 90% das propostas são boas para a sociedade (município e contribuintes) e os outros 10% precisam ser melhorados.

E neste sentido, foram elaboradas as sugestões entregues à vereadora Kátia Dittrich, para que ela possa analisá-las e, se achar necessário, incluí-las no parecer que apresentará na câmara. De Paola explicou que entre os itens mais problemáticos está o que trata de sociedades profissionais, cuja legislação possui aspectos que inviabilizam a aplicação do regime de tributação fixa.

Juntamente com advogada Betina Grupenmacher, Leonardo de Paola, entregou à advogada do gabinete, Natália Doro, a minuta do projeto com o resultado do estudo em nome de todas as entidades envolvidas. Natália agradeceu a colaboração das entidades e disse que este estudo será muito importante para a conclusão do parecer da vereadora Kátia. 

Regime de tributação do ISS

Integrantes do Conselho de Tributação da ACP estiveram reunidos com representantes do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-PR), Sindicato das Empresas Contábeis (Sescap-PR), Conselho Regional de Contabilidade, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Economia e Associação Médica do Paraná para tratar do projeto de lei que, entre outras disposições, altera o regime de tributação do ISS sobre sociedades profissionais, o qual foi encaminhado pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Câmara de Vereadores. Na oportunidade, foram discutidas propostas voltadas a aprimorar o texto e, em especial, atenuar ou mesmo eliminar dispositivos que, na prática, inviabilizam o enquadramento dessas sociedades na tributação fixa. 

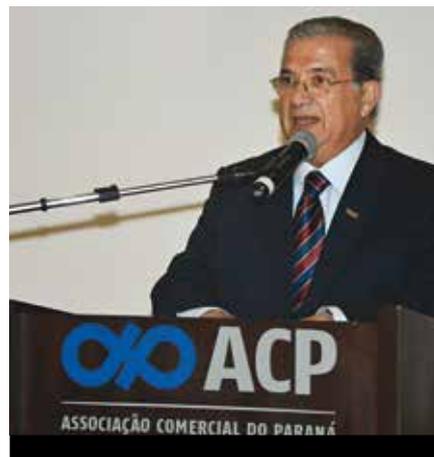
Centro Vivo mobilizado pelo bem estar social

O Comitê do Centro Vivo da ACP, por meio de seu coordenador Gilberto Cordeiro, realizou reunião estratégica para traçar ações de resgate à dignidade e pela inclusão social de pessoas vulneráveis. Para compor a força-tarefa em prol das atividades envolvidas, foram convidadas a presidente da Fundação de Ação Social (FAS), Larissa Tissot, a superintendente da Assistência Social da FAS, Elenice Malzoni e a diretora de programas especiais da FAS, Maria Alice Erthal. A parceria com a Prefeitura de Curitiba foi estabelecida por intermédio do gestor de Relações com os Governos Municipal e Estadual do Centro Vivo, Amaury Gonçalves.

A tática de atuação, definida pelo coordenador Gilberto Cordeiro, será distribuir as

atividades entre grupos de trabalho específicos, entre a Comissão de desamparados e dependentes químicos, gerida por José Augusto Soavinski e a Comissão de zeladoria urbana, gerida por Ana Railene Siqueira de Oliveira.

Durante a reunião também foram discutidas formas de fomentar o comércio de rua em Curitiba, e para tal ficou instituída a Comissão de Fomento e Marketing para o Comércio, a ser liderada por Camilo Turmina. Os integrantes da comissão articularão ações para desenvolver também eventos gastronômicos e musicais voltados à população local e turística, desenvolverão parcerias para o fortalecimento do comércio e do turismo, além da promoção da atividade comercial pelo interior do Paraná. ∞



Comitê Estratégico está na “alma” administrativa da ACP

O Comitê Estratégico da Associação Comercial do Paraná (ACP), coordenado pelo vice-presidente José Eduardo Moraes Sarmento, foi instalado na gestão do ex-presidente Edson Ramon, com a incumbência de assessorar a presidência e diretoria “na tomada de decisões administrativas, muitas vezes encaminhadas ao comitê pelos próprios interessados”.

Sarmento enfatizou que o tratamento diferenciado para os assuntos estratégicos é uma parte relevante do conjunto de proposições de governança corporativa adotadas pelas empresas e organizações modernas, que a ACP pratica desde a administração da então presidente Avani Slomp Rodrigues.

O coordenador salientou ainda que o comitê, pela gama de serviços que oferece à presidência e demais diretores é reconhecido “como um órgão presente na alma administrativa da Associação Comercial do Paraná”.

A assessoria do Comitê Estratégico é prestada especialmente nas áreas financeira e administrativa e, ainda, no campo de novos produtos comerciais que a entidade coloca a disposição dos associados. Nesse aspecto, é importante citar também o envolvimento do comitê na área da gestão financeira e acompanhamento das questões relativas ao quadro de colaboradores.

Tema relevante também abordado com frequência pelo comitê diz respeito à análise de viabilidade do lançamento de novos produtos comerciais no mercado, além do acompanhamento das políticas de atuação da operação Boa Vista Serviços/SCPC, de cujo Conselho Fiscal o vice-presidente José Eduardo Sarmento participa como representante da Associação Comercial do Paraná. ∞



Assédio Moral e outras encrencas

O Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, Cassio Colombo Filho, ministrou palestra sobre o tema do livro “Quem paga a conta? – Danos morais, assédio moral e outras encrencas”.

Com uma linguagem prática, voltada ao dia a dia do gestor empresarial, a obra é fruto da sua experiência de mais de 25 anos do autor na magistratura trabalhista, e conta, ainda, com diversos casos selecionados sobre os chamados “danos extrapatrimoniais”, que são pedidos muito comuns feitos por trabalhadores na Justiça (danos estéticos, hedonísticos, em ricochete, morais, assédio moral, sexual e organizacional).

O autor esclareceu as principais falhas na gestão de pessoas que podem resultar em ações trabalhistas e o que fazer para evitar esses indesejáveis passivos ocultos.

“É leitura obrigatória para empresários, gestores de RH, diretores e gerentes. Méritos do desembargador Cássio por disponibilizar à comunidade empresarial um verdadeiro manual de diretrizes de compliance da ética laboral, algo absolutamente inédito na seara trabalhista”, ressaltou relatou Rodrigo Fortunato Goulart, doutor em Direito e coordenador do Conselho de Relações Trabalhistas da ACP. O livro pode ser adquirido através do site: www.quempagaessaconta.com.br ∞

Conselho da Mulher Empresária

Quando várias mulheres se unem coisas incríveis acontecem e isto ocorre nos encontros promovidos pelo Conselho da Mulher Empresária da Associação Comercial do Paraná. Na união das veteranas empresárias com as novatas empreendedoras a troca de experiências surpreende a cada reunião, enquanto as veteranas compartilharam caminhos de empreender com segurança as novatas têm seu foco nas inovações tecnológicas, usando sempre o lema “Empreender com segurança para não perder”.

Nas reuniões do CME são debatidos temas de segurança, moda, beleza, economia, política, decoração, qualidade de vida, boas práticas de venda, direitos e deveres das empresárias, enfim o fortalecimento do empoderamento feminino com informações sólidas para o crescimento pessoal e profissional. A cada reunião novas empreendedoras conhecem, se apaixonam e passam a participar do CME, porque bons negócios entre as participantes podem se concretizar. Sempre tem alguém com produto que alguém precisa e indica.

Se você é uma empreendedora veterana ou principiante ou deseja empreender mais, há um lugar reservado para você no Conselho da Mulher Empresária, que tem reuniões quinzenais às segundas-feiras (19h). No final do evento é servido um coquetel com troca de cartões e impressões entre as participantes.

No CME não é a roupa ou a joia que têm valor e sim a força da mulher em Empreender.

INFORMAÇÕES_

Roseli Duarte ▶ roseli.duarte@acp.org.br

Telefone: 41. 3320-2510

Escola de Comércio angaria 190 kg de alimentos não perecíveis em ação beneficente

A ACP, apoiadora do evento DigitalizeME, realizado pela Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), angariou 190 kg de alimentos não perecíveis em iniciativa promovida pela Escola de Comércio. As doações foram arrecadadas no dia do evento e destinadas à Fundação Vida para Todos (Abai). A palestra DigitalizeME teve como objetivo mostrar que conquistar clientes e ganhar presença no mundo digital pode ser bem mais simples do que parece. O encontro contou com palestras sobre estratégias mobile, marketplace e dicas de como crescer em tempos de crise. O evento também proporcionou interação entre empresários interessados no assunto, pois durante o coffee break houve networking entre os convidados, oportunizando novas parcerias e negócios.

Entidades contra PEC 255

O presidente da ACP, Gláucio Geara, esteve em reunião com o então Ministro da Justiça Osmar Serraglio, para tratar da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 255, que pretende tornar as atividades de recuperação de crédito, da prova de inadimplência ou de mora, atividades privativas de notários e registradores. Na prática, significaria a extinção dos bancos de dados no país, restando unicamente o registro por protesto. Gláucio integrou uma comitiva formada pelo presidente e pelo diretor da Associação Nacional dos Birôs de Crédito (ANBC), respectivamente Elias Sfeir e Dirceu Gardel, e pelo deputado federal licenciado e presidente dos Correios, Guilherme Campos Jr.

A comitiva defendeu junto ao ministro a tese da inconstitucionalidade do artigo que propõe as mudanças e que sua eventual aprovação traria sérios prejuízos ao sistema de banco de dados e aos consumidores.

Segundo documento entregue ao ministro, além da inconstitucionalidade, devem ser observados vários outros aspectos nocivos, como a burocratização do sistema de crédito, aumento de custos para consumidores inadimplentes e queda na qualidade das informações de inadimplência, com prejuízos para o consumidor, para o crédito e para a economia.

Na questão da inconstitucionalidade, a PEC afronta os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, ao impedir o direito ao exercício de atividades legalmente reconhecidas. O documento aponta que “a estabilidade financeira e segurança nas transações comerciais das empresas dependem das atividades dos bancos de proteção ao crédito”, que fornecem informações, em tempo hábil, essenciais para a tomada de decisões.

“A proposta dificulta o acesso às informações ao estabelecer os cartórios como detentores exclusivos da função de recuperação de crédito e prova de inadimplência, o que tornaria o sistema mais caro, burocrático tanto para o comércio como para o consumidor”, encerrou.



ACP e Boa Vista Serviços SCPC realizam encontro de trabalho com entidades parceiras

Colaboradores da ACP e a Boa Vista Serviços/SCPC estiveram reunidos para realizar, em Curitiba, o workshop Entidades Parceiras que teve como tema “Agregando valor e crescendo juntos”. O evento reuniu nos dois dias de jornada representantes de associações comerciais, industriais e agropecuárias de todo o Estado, além de sindicatos de varejistas e outras instituições que mantêm contratos de cooperação com as promotoras.

O workshop foi aberto pelo primeiro vice-presidente e coordenador do Conselho do Comércio Vivo, Camilo Turmina, que saudou os presentes e sublinhou a importância que a ACP/Boa Vista Serviços atribuem às áreas comerciais seus parceiros e a preocupação com a constante reciclagem profissional das equipes de trabalho.

O especialista em vendas Antonio Carlos Cavalcanti, da consultoria AC&C Educação Corporativa, fez uma exposição sobre vendas consultivas trabalhando em grupos com os participantes do workshop, definido por ele como “uma oportunidade em que todos trabalham em conjunto e não apenas ouvem em silêncio”.

A programação geral também contou com a apresentação dos resultados de 2016 e das estratégias para o presente exercício, pelo gerente Rafael Antunes, além de momentos dedicados a informações a cargo da Boa Vista SCPC, marketing services e outros produtos.

O superintendente da ACP, Olívio Zotti, destacou a validade da realização do workshop Entidades Parceiras meses depois do lançamento do projeto de difusão dos novos negócios da entidade como forma de medir sua aceitação pelo mercado estadual. As associações comerciais, industriais e agropecuárias de Umuarama (faturamento absoluto em produtos e serviços), Arapongas (faturamento absoluto BVS), Lapa (crescimento percentual), Paranavaí (crescimento percentual em vendas BVS), Santo Antonio da Platina (maior captação de associados em 2016) e Colombo (vendas dentro do ciclo de negócios, gerenciamento de carteiras e marketing services), receberam uma placa comemorativa entregue a seus representantes.



Estímulo ao Comércio Exterior

O Conselho de Comércio Exterior e Relações Internacionais (Concex-RI), anunciou recentemente a organização da câmara temática “Novos Hubs de Comércio Internacional”, coordenada pelo advogado Monroe Olsen, e que terá a participação de até 18 representantes indicados pelas instituições empresariais que compõem o chamado G7.

A câmara poderá solicitar também a cooperação de agências governamentais, câmaras de comércio, representações estaduais e outras, conforme revelou o coordenador Monroe Olsen, também enfatizando o foco inicial na exportação de café, calçados, carnes, chocolates, alimentos pré-cozidos

embalados a vácuo, *commodities*, frutas, joias, laticínios, cosméticos, madeiras e medicamentos. Com o objetivo de desenvolver estudos que otimizem a cultura da exportação de produtos de baixo valor agregado, a câmara fez a apresentação do case “Ilhas Canárias – Lanzarote e Gran Canária), na Espanha, que devido sua localização estratégica e vantagens tributárias constituem uma opção favorável ao acesso aos mercados da Europa e África.

PARA MAIS INFORMAÇÕES >

email_monroe@andersenballao.com.br
telefone_ +55 41 3221-7756.



Diplomata do Paquistão visita ACP

O diretor da seção comercial da Embaixada do Paquistão no Brasil, Syed Intikhab Alam, em visita protocolar ao Paraná, aproveitou a oportunidade para um contato com o coordenador do Concex-RI, o vice-presidente Carlos Eduardo Athayde Guimarães. Durante a visita, o funcionário diplomático expôs os itens principais do comércio exterior de seu país, destacando aspectos do comércio bilateral entre Paquistão e Brasil, demonstrando também o interesse de aproximar empresários paquistaneses e paranaenses para a abertura de novos negócios. **CO**



ACP disponibiliza terminal de autoatendimento do Detran

O Governo do Estado instalou um novo equipamento de autoatendimento do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran) na sede ACP. Com isso, os cidadãos da capital têm acesso a 20 serviços na área de habilitação e veículo, seis funcionalidades diferentes da Copel e podem, ainda, fazer pagamento de taxas do Detran.

Nos terminais de autoatendimento, os cidadãos podem contar com agendamento de exames e de curso reciclagem; 2ª Via da CNH e licenciamento; cancelamento de agendamento do curso de reciclagem; solicitação de carteira de habilitação definitiva; consulta de resultado de exame, envio CNH e licenciamento; emissão de guia de multa, extrato de débitos e multas pagas; emissão de guia de reteste de exames.

Podem, também, fazer pagamentos de multas, de guias de habilitação, veículos e licenciamento; solicitação da permissão internacional para dirigir (PID); consulta de pontuação da CNH e a renovação do documento de habilitação.

O Detran conta com outros 200 equipamentos de autoatendimento espalhados pelo interior do Paraná. De acordo com o governador

Beto Richa, “as máquinas facilitam a vida dos paranaenses. As pessoas não precisam mais fazer grandes deslocamentos para tirar licenciamento, pagar taxas, fazer algumas consultas ou até pagar uma luz”, acrescentou.

AVANÇO_

“Esses novos equipamentos nas Ruas da Cidadania foram instalados porque existe um acordo, junto com a Prefeitura de Curitiba, para que avancemos no atendimento a população de Curitiba”, disse o diretor-geral do Detran, Marcos Traad.

Para o prefeito de Curitiba, Rafael Greca, o autoatendimento representa a qualidade do serviço público acessível ao povo. “Com esses serviços, é como se a prefeitura estivesse no meio da rua, próxima de um terminal de ônibus, com as portas abertas para atender a população”, disse.

Greca também ressaltou a importância da relação com o governo estadual para o desenvolvimento de Curitiba. “O Governo do Paraná está sendo valioso para a capital paranaense, principalmente nesse momento de gravíssima calamidade financeira”, afirmou.

LOCALIDADE_

Os serviços nos equipamentos estarão disponíveis na ACP e em todas as Ruas da Cidadania: Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, Centro, Cidade Industrial de Curitiba (CIC), Fazendinha, Portão, Pinheirinho, Santa Felicidade e Tatuquara.



COPEL_

Nos totens, os consumidores de energia também podem contar com serviços da Copel, como alteração de dados cadastrais, consultar débitos, levantar histórico de consumo, fazer pagamentos, imprimir segunda via da conta – e ainda solicitar a religação do imóvel à rede elétrica. **CO**

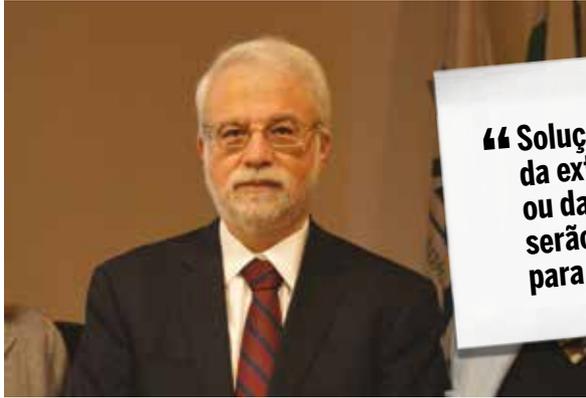
Gustavo Loyola diz que Brasil “está na encruzilhada”

Doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central do Brasil em duas oportunidades, sócio da Tendências Consultoria Integrada, disse ao participar do Road Show Acrefi Curitiba 2017, realizado em maio, que as soluções para a crise devem ser propostas “pelo sistema político atual, reconhecendo, entretanto, “que o Brasil se encontra numa encruzilhada”.

Como um dos oradores convidados para o evento organizado pela Associação Nacional de Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Loyola observou que a conferência que havia preparado para a ocasião, “em face dos acontecimentos políticos recentes está sub júdice”, provocando risos na plateia formada por economistas, representantes de bancos, financeiras e operadoras de investimentos.

O economista projetou então alguns cenários que podem advir tanto com a permanência quanto com a substituição do presidente Michel Temer, ressaltando que soluções oriundas da extrema esquerda ou da extrema direita “serão ruinosas para o país”.

O primeiro cenário pensado por Gustavo Loyola, ao qual atribui 15% de chance de vir



“ Soluções oriundas da extrema esquerda ou da extrema direita serão ruinosas para o país”

a acontecer, com Temer ou outro presidente, deve continuar trabalhando pela aprovação das reformas básicas e a manutenção da mesma equipe econômica atual.

O segundo cenário (70% de chance) será prejudicial mesmo com a equipe atual, se por acaso as reformas sofrerem algum atraso ou forem diluídas durante a discussão e votação. “A incerteza política se prolongará por mais tempo e os prejuízos seriam inevitáveis com a economia andando de lado, retardando a recuperação do emprego”. Ele advertiu que em 2018 “o crescimento do PIB dificilmente chegaria a 2,5%, não passando de 1%”.

Nessa mesma simulação, segundo Gustavo Loyola, a taxa Selic que pode chegar ao final do ano entre 8,5% e 8%, na verdade pode subir para 9%. A volta da inflação e a elevação do câmbio “não serão ruins, mas darão pequena margem para a recuperação

da economia”. Para o consultor “o Brasil sofrerá muitas escoriações”, mas conseguirá sair do impasse.

Com 25% de chance, segundo as projeções do ex-presidente do Banco Central, o terceiro cenário resultaria da eleição direta de um candidato alinhado às ideias do governo anterior (o próprio Lula ou outro indicado por ele), a seu juízo “um filme que deu errado”.

O novo governo enfrentaria muitas dificuldades e complicações, como a elevação do câmbio e das taxas de juros, além de arcar com a volta da recessão e o crescimento do PIB permanecendo próximo a zero.

Na conclusão, Loyola defendeu que o próprio sistema político apresente as opções favoráveis para tirar o Brasil da crise e mudar para melhor, reafirmando que confiança e trabalho, além da participação política na direção certa é dever da sociedade.

Road Show

A Associação Nacional de Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), presidida pelo consultor paranaense Hilgo Gonçalves, que é também membro do Conselho Deliberativo da Associação Comercial do Paraná (ACP), uma das entidades apoiadoras, promoveu o Road Show Acrefi Curitiba 2017, fazendo lotar o auditório principal da entidade representativa do setor produtivo. Os presidentes Gláucio Gears e Hilgo Gonçalves saudaram os presentes e apresentaram os oradores convidados especiais do evento,

além de Gustavo Loyola, Cláudio Ferro, Marcus Lavorato, Mauro Melo, João André Pereira e Nelson Arns Neumann, coordenador nacional adjunto da Pastoral da Criança, que fez rápida explanação sobre as atividades desenvolvidas pela instituição mediante o sistema de voluntariado.

Os oradores discorreram sobre a contribuição fornecida ao mercado financeiro nacional pelas empresas Poupa Brasil, B3, Credilink e também pelo Banco Central, especificamente na elaboração do Cadastro Positivo. Após cada apresentação os oradores receberam um

certificado de participação emitido pela ACP, entregue pelo presidente Gláucio Gears.

Fundada em 1953 e contando atualmente com mais de 50 empresas associadas, conhecida como a Casa do Crédito ao Consumidor, em consonância com o lema “Compartilhando Conhecimento”, a Acrefi aproveitou o encontro de Curitiba para anunciar a realização do 12º SIAC (Seminário Internacional), no próximo dia 21 de novembro no Teatro Cetip, em São Paulo.

Rodada de negócios propicia melhores resultados

Realizada em duas edições na cidade de Curitiba, a Rodada de Negócios promovida pela ACP, para aproximar empresários e interessados em seus produtos e serviços, chega também a Maringá e Londrina.

A rodada de Curitiba teve como convidados especiais os empresários Gláucio Geara, presidente da ACP e Geraldo Luiz Gonçalves, diretor superintendente da Multiloja, contando com a participação de dezenas de empresários. Para a etapa de Maringá, os convidados são Geraldo Luiz Gonçalves (Multiloja), Franklin Vieira da Silva, presidente do grupo O Diário e Ali Saadeddine Wardani, presidente do Sivamar.

Em Londrina, mais uma vez haverá a palestra do superintendente da Multiloja, Geraldo Luiz Gonçalves, que é um dos vice-presidentes da ACP, e ainda do diretor da Móveis Brasília, empresário Fernando de Moraes.

Segundo os organizadores trata-se de uma excelente oportunidade para a troca de experiências e encaminhamento de negócios entre empresas diversas, bem como a tomada de conhecimento do que renomados empresários realizam visando a melhoria de seus resultados..



FELIPE ROSA

Ação simbólica de despiche retoma campanha lançada há quatro anos

Uma ação simbólica de despiche das fachadas e portas de alguns estabelecimentos situados na quadra do edifício Barão do Serro Azul, sede da ACP na área central da cidade, marcou a retomada da campanha “Pichação é crime. Denuncie”, lançada pela entidade representativa do setor produtivo há quatro anos com apoio da Guarda Municipal, Polícia Militar e outros segmentos da sociedade organizada.

A iniciativa, segundo explicou o vice-presidente da ACP, Camilo Turmina, coordenador do Conselho do Comércio Vivo, está inserida nas comemorações alusivas ao Dia do Comerciante, cujo evento festivo foi realizado no dia 14 de julho com a homenagem ao Barão do Serro Azul, no cemitério municipal, entrega de placas à Junta Comercial do Paraná (Jucepar), Frischmann's Magazin, Senff Parati e Grupo Boticário pela contribuição pioneira, tradição, desenvolvimento e crescimento socioeconômico do comércio e indústria paranaenses, seguida almoço festivo na ACP



Provopar e ACP fazem mutirão para arrecadar roupas e agasalhos no centro de Curitiba

Integrantes do Provopar Estadual, ACP e voluntários da 1ª Igreja do Evangelho Quadrangular, lançaram uma ação no Calçadão da Rua XV, no centro de Curitiba, para reforçar a campanha de arrecadação de roupas, agasalhos, cobertores e calçados que vem sendo realizada em frente à sede da entidade.

A ação faz parte da Campanha Espalhe Calor 2017, promovida pelo Provopar Estadual, Governo do Estado e RICTV Record, com apoio do Banco do Brasil, Sindafep - Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná, Natuclin e Tintas Verginia. Lançada em 2011, a ação já distribuiu mais de 808 mil cobertores novos e 2,6 milhões de peças de roupas e agasalhos.

A “Barraca da Solidariedade”, como já ficou conhecida, estará no local em frente a sede da Associação Comercial até o final da Espalhe Calor - 31 de agosto - das 9 às 17 horas. Mais de 150 mil pessoas passam diariamente pelo local, fazendo os organizadores da campanha acreditarem num bom índice de doações.

A ação de sábado contou com a presença da diretora social, Silvana Maia Aichinger, do diretor de Comunicação, Ruy Barrozo e da conselheira Maria Mar Silva, além do coordenador do Instituto ACP para Inovação, Eduardo Aichinger, a secretária da ACP, Roseli Duarte, e Osvaldo Sydorak.



DOAÇÕES EM DINHEIRO

Por outro lado, além de roupas e agasalhos, as doações para a Campanha Espalhe Calor também podem ser feitas em dinheiro, sendo que o custo de cada cobertor é de R\$35,00. Os interessados podem ajudar depositando o valor equivalente à quantidade que desejarem doar. São três contas disponíveis: Banco do Brasil, Caixa e Itaú.

Os vouchers no mesmo valor estão disponíveis aos interessados tanto na sede administrativa do Provopar Estadual – rua Hermes Fontes, 315, no bairro Batel – quanto em qualquer agência do Banco do Brasil.

Ajude! Veja as opções de conta para depósito

- ▶ **Banco do Brasil**
Agência: 1622-5
Conta Corrente: 2017-6
- ▶ **Caixa Econômica**
Agência: 3153
Conta: 10.000-0
- ▶ **Itaú**
Agência: 4143
Conta: 00707-0

CERTIFICADO DE ORIGEM ACP

O ÚNICO COM O SELO DE QUALIDADE INTERNACIONAL E WEB SITE DE VERIFICAÇÃO ONLINE



**RÁPIDO,
SIMPLES E
SEGURO.**

Garantia de processos de autenticação mais rápidos e maior segurança contra documentos falsificados.

VAMOS CONVERSAR?

certificadodeorigem@acp.org.br
4007-1059 WWW.ACPR.COM.BR

ACP

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

CONCEX-RI

CONSELHO DE COMÉRCIO EXTERIOR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Instituto Bom aluno é escada para jovens pobres rumo ao ensino superior



DIVULGAÇÃO / INSTITUTO BOM ALUNO

O Conselho Político da ACP, coordenado pelo vice-presidente Mário Pereira, deu início a uma série de debates sobre o tema educação, tendo como orador o empresário Francisco Simeão Rodrigues Neto, presidente do Instituto Bom Aluno do Brasil. A organização, criada em 1993 pelo empresário, concede assistência a alunos pobres e talentosos desde a quinta série do primeiro grau até a universidade e cursos de pós-graduação. Em 24 anos de história, mais de 1000 jovens foram impactados na cidade de Curitiba e região circunvizinha. Hoje, estes jovens são referência de sucesso e superação.

De acordo com Simeão, o programa busca transformar crianças pobres em talentos “que a cidade vem perdendo por falta de oportunidades”. Através do Bom Aluno, há estímulo à ambição dos jovens, bem como promoção de

elementos que fortaleçam a autoestima. “Assim, acreditando em si mesmos, os jovens se tornarão capazes de promover a própria ascensão social”, disse.

Atualmente, 200 crianças são selecionadas pelo instituto em escolas públicas da capital e região metropolitana e recebem individualmente um auxílio avaliado em termos de mercado em R\$ 3,5 mil, o equivalente aos gastos com filhos de famílias de classe média. Entre os jovens atendidos pelo programa há 100% de aprovação no vestibular, sendo que 43% deste universo obtiveram primeiro e segundos lugares na prova. A rotina dos estudantes conta com uma equipe especializada para acompanhar o desenvolvimento acadêmico, psicológico e

intelectual no contraturno escolar.

O apoio se dá do 7º ano do ensino fundamental até a pós-graduação, incluindo bolsas de estudo em escolas particulares, cursos no exterior, uniforme escolar, material escolar, livros, vale alimentação/transporte. Para permanecer no Programa, o aluno deve manter um bom desempenho escolar, assiduidade na escola e nas atividades extracurriculares e compromisso com seu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional. São ao todo 210 alunos em formação em Curitiba. A participação da família no acompanhamento do jovem é pré-requisito para participar do programa. Assim como os alunos, os familiares recebem orientação psicológica e pedagógica em reuniões, palestras e cursos.

O Bom Aluno conta hoje com cinco “franquias sociais”. Além de Curitiba, há unidades em Londrina, Maringá, Caçador (SC) e Belo Horizonte (MG). Em 2017 contabilizou 223 alunos formados e a unidade da capital paranaense já conta com 60 ex-alunos tomando conta do projeto. “Nossa ideia é que, em alguns anos, o projeto torne-se autossuficiente, com alunos formados pelo programa voltando a atuar como mentores”, disse Simeão.

O coordenador do Conselho Político, Mário Pereira, comentou que os conselheiros, empresários e interessados em educação têm oportunidade de conhecer mais e melhor as soluções para um problema que, de forma recorrente, é citado como uma das preocupações fundamentais da sociedade brasileira”.

FORMANDO CIDADÃOS DE SUCESSO

O programa já formou 223 alunos, como o João Henrique de Oliveira. Vinho de família simples, ingressou no Bom Aluno em 1996, formou-se em Direito em 2008 e hoje atua em grande empresa na área de consultoria tributária. “O Bom Aluno mudou a minha vida, abriu oportunidades. Iniciei minha carreira atuando em uma multinacional e até ganhava mais que os outros por saber inglês, matéria ofertada pelo projeto”, contou.

Outra história vitoriosa é vivida por Wesley, aprovado, aos 20 anos, em duas instituições de ensino superior de renome do país, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São Paulo, e o IME - Instituto Militar de Engenharia, no Rio de Janeiro, que se constituem no sonho da maioria dos vestibulandos da área de engenharia: “Foi como nadar contra a maré. Parecia que tudo me dizia para desistir, mas não foi o eu fiz”. Essa garra e o destemor de Wesley vêm sendo forjados desde 2005, quando aos 10 anos, foi selecionado pelo Bom Aluno. Para Wesley, a preparação para os vestibulares do ITA e do IME foi



FOTOS: DIVULGAÇÃO / INSTITUTO BOM ALUNO

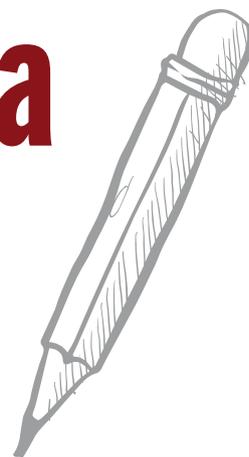


especialmente difícil. Primeiro, disse, pela falta de conhecimento sobre o nível necessário para ser admitido nessas faculdades. Segundo, pela falta de tradição das escolas de ensino médio da Região Sul no preparo de seus alunos para competir nestes concursos. O apoio do Programa Bom Aluno, as escolas que frequentou e a determinação de Wesley foram a chave para sua aprovação: “Eu gosto de desafios, e a engenharia trabalha muito com situações desafiadoras, em que a criatividade precisa se aliar com muito conhecimento técnico para criar bons resultados e solucionar problemas”, enfatiza o jovem, um vitorioso dentre os 170 aprovados no vestibular do ITA, que no ano de 2015 teve mais

de 7.700 candidatos inscritos. Quanto ao papel do Programa Bom Aluno, Wesley afirma categoricamente: “O Bom Aluno possui papel de destaque no que concerne à melhoria do país pelo caminho da educação; e seus mantenedores possibilitam que sonhos como o meu se tornem realidade. E de sonho em sonho, de um em um, o mundo muda”, finalizou.

A visão dos mantenedores do Programa se sustenta na premissa de que “a educação é o principal fator de transformação do ser humano e traz reflexos positivos e duradouros para toda a sociedade”. O apoio para a continuidade do Bom Aluno também vem dos próprios alunos, que após se formarem, adotam um outro bom aluno. **oio**

Foz do Iguaçu mostra desenvolvimento educacional



CIDADE OBTEVE REDUÇÃO NOS ÍNDICES DE REPETÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR

O EX-PREFEITO DE FOZ DO IGUAÇU, Paulo Mac Donald Ghisi, expôs em evento do Conselho Político, os resultados do trabalho desenvolvido durante o período em que esteve à frente da gestão municipal (2005-2012), quando houve representativa elevação dos índices de educação na cidade do Oeste paranaense. Foi a segunda palestra da

série que pretende abordar questões relacionadas à educação brasileira.

De acordo com Paulo Mac Donald, enquanto atuou como prefeito de Foz, fez com que a média de gastos com educação chegasse a quase 27%, superando a obrigatoriedade legal de 25% do orçamento municipal. A partir das práticas aplicadas em prol da melhoria do Índice

de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Foz do Iguaçu conseguiu reduzir os índices de repetência e evasão escolar – dos 600 alunos que deixavam de frequentar as aulas em 2005, eram apenas 3 em 2011. O índice de repetência caiu de 15% para 2,2%.

“A integração da educação com assistência social, habitação, saúde e segurança foi fundamental para o sucesso de todo o processo, que se deu graças ao Projeto Fica, bem como da associação com projetos de revelação de talentos, olimpíadas do saber, do esporte e de artes”, disse o ex-prefeito. As mudanças implantadas no município incluíram reforma e revitalização de 11 escolas localizadas em regiões carentes de Foz, fazendo a oferta de vagas dobrar até o fim da gestão.

Os bons resultados foram posteriormente atestados nacionalmente pelo IDEB, que ranqueou duas escolas de Foz do Iguaçu nas primeiras colocações – uma em segundo e outra em terceiro lugar com as melhores notas – Escolas Santa Rita de Cássia, Papa João Paulo I e Benedicto J. Cordeiro. No Paraná, as cinco primeiras melhores colocadas eram instituições de ensino localizadas na cidade do Oeste do Paraná – Escolas Santa Rita de Cássia, Papa João Paulo I, Benedicto J. Cordeiro, Antonio G. Dias e Frederico Engel. 



_EX-PREFEITO DE FOZ DO IGUAÇU, MAC DONALD GHISI DURANTE A PALESTRA

Programação de cursos ULC



1ª SEMANA DE GASTRONOMIA ULC

31 DE JULHO A 03 DE AGOSTO

Palestra
A HISTÓRIA VISTA PELO VINHO

Oficina
HAMBÚRGUER ARTESANAL

VAGAS LIMITADAS
FAÇA JÁ A SUA INSCRIÇÃO

www.acpr.com.br/escoladecomercio/

AGOSTO - 2017

Curso	CH	Instrutor	Horário	Associado	Não Associado	Data
Wordpress	9	Ademir	19 às 22 horas	R\$ 220,00	R\$ 350,00	07 a 10
Vitrinismo e Visual de Loja	12	Elaine	19 às 22 horas	R\$ 180,00	R\$ 360,00	07 a 10
Neuromarketing	16	Felipe Nasser	19 às 22 horas	R\$ 280,00	R\$ 350,00	7 a 09
Gestão de Equipes Comerciais	9	Luiz Gaziri	19 às 22 horas	R\$ 250,00	R\$ 350,00	14 a 16
Facebook ADS	9	Ademir	19 às 22 horas	R\$ 220,00	R\$ 350,00	14 a 16
Oficina de Coaching Financeiro (semi presencial)			19 às 21h30	R\$ 80,00	R\$ 120,00	16
Imagem Corporativa	12	Elaine	19 às 22 horas	R\$ 180,00	R\$ 360,00	21 a 24
Gestão de mix de produtos: o segredo para construir um mix rentável para o negócio e atrativo para o cliente.	9	Veronica	19 às 22 horas	R\$ 300,00	R\$ 400,00	21 a 23
Liderança e Formação de equipes	9	Cleia	19 às 22 horas	R\$ 150,00	R\$ 300,00	21 a 23
Cobrança e Negociação por telefone	9	Ana Paula	19 às 22 horas	R\$ 150,00	R\$ 300,00	29 a 31
Formação do preço de venda	9	Valdo	19 às 22 horas	R\$ 190,00	R\$ 300,00	28 a 30

SETEMBRO - 2017

Curso	CH	Instrutor	Horário	Associado	Não Associado	Data
MS Excel Básico	12	Ney	19 às 22 horas	R\$ 175,00	R\$ 300,00	11 a 14
Vitrinismo e Visual de Loja	12	Elaine	19 às 22 horas	R\$ 180,00	R\$ 360,00	11 a 14
Técnicas de vendas, negociação e comunicação	9	Cleia	19 às 22 horas	R\$ 150,00	R\$ 300,00	18 a 20
Ecommerce na Prática	12	Diniz	19 às 22 horas	R\$ 190,00	R\$ 380,00	18 a 21
Técnicas avançadas de compras	12	Tiossi	19 às 22 horas	R\$ 250,00	R\$ 350,00	18 a 21
Imagem Pessoal	12	Elaine	19 às 22 horas	R\$ 180,00	R\$ 360,00	18 a 21
Atendimento ao cliente	9	Cleia	19 às 22 horas	R\$ 150,00	R\$ 300,00	25 a 27
Cobrança e Negociação por telefone	9	Ana Paula	19 às 22 horas	R\$ 150,00	R\$ 300,00	25 a 27
Google Adwords Essencial	9	Ademir	19 às 22 horas	R\$ 220,00	R\$ 350,00	25 a 27

Boletim Legislativo ACP

A - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PODER EXECUTIVO

A.1. Lei

Lei n. 13.455 – 26/07/2017 Lei de Diferenciação de Preços.

Conforme a disposição legal, resta autorizado aos fornecedor a oferta de diferentes valores conforme a forma de pagamento pelo consumidor. A nova Lei busca regulamentar e oferecer segurança jurídica aos comerciantes que ofertam menores valores quando o pagamento em dinheiro, prática essa anteriormente combatida pelos órgãos de defesa do consumidor.

A.2 – Medida Provisória

MP nº 783 – 31/05/2017 Programa Especial de Regularização Tributária.

Institui Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para permitir a inclusão no PERT dos débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, de pessoas físicas e jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação da Medida Provisória. Prazo de vigência a prorrogar por mais 60 dias - Prazo de 31/05/2017 a 12/08/2017.

B – SENADO FEDERAL

B.1. Propostas de Emenda à Constituição

PEC n. 18 - 10/05/2017 Senador Romero Jucá. Voto Facultativo.

Altera a Constituição Federal para tornar o voto facultativo. Tem a proposta o intuito de atualizar o texto Constitucional, eliminando a obrigatoriedade do voto do Sistema Político

Brasileiro - considerando que numa Democracia o voto não deve ser exercido como uma obrigação, mas sim como um direito. Posição atual: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

B.2 – Projetos de Lei da Câmara

PLC n. 38 de 2017 – 23/12/2016 Poder Executivo. Reforma Trabalhista.

Dispõe sobre alterações na CLT, dentre as quais: possibilidade de o acordado entre patrões e empregados em questões como férias, planos de cargo, salários e jornada de trabalho, sobrepor-se frente ao legislado; possibilidade de terceirização de qualquer atividade da empresa, incluindo as atividades meio e fim; desobrigação da contribuição sindical. Posição atual: Plenário do Senado, aguardando recebimento de emendas perante a mesa.

B.3 – Projetos de Lei

PL n. 189 - 13/06/2017. Senador Ronaldo Caiado Doação Eleitoral via Internet.

Dispõe sobre a possibilidade da doação eleitoral via internet, acrescentando o art.23-A à Lei nº 9.504/1997 – Lei das Eleições. Posição atual: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PL n. 205 – 21/06/2017. Senador Wilder Moraes. Prazo de Parcelamento às Pequenas e Microempresas.

Altera a Lei nº 11.101/2005, para ampliar o prazo de parcelamento previsto no plano especial de recuperação judicial aplicável às empresas de pequeno e micro porte de 36 para 48 meses. Posição Atual: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

C- CÂMARA DOS DEPUTADOS

C.1 – Propostas de Emenda à Constituição

PEC n. 287/2016 – 05/12/2016 Poder Executivo. Reforma da Previdência.

Dispõe sobre mudanças na Previdência Social, adaptando-a a tendência demográfica nacional. Dentre os principais pontos em discussão estão: harmonia dos distintos direitos previdenciários, incluindo parlamentares, homens e mulheres, trabalhadores urbanos e rurais; manutenção do salário mínimo como piso previdenciário; e outros temas relevantes. Posição atual: pronta para Pauta no Plenário.

C.2 – Projetos de Lei Complementar

PLC n. 384 - 07/06/2017 Deputado Veneziano Vital do Rêgo. Incentivo ao Empreendedorismo.

Concessão de condições especiais para microempresas, estabelecendo que o valor devido mensalmente pela microempresa a título de tributos e contribuições possa ser pago com desconto de 10% (dez por cento) quanto o titular, administrador e sócio da microempresa forem pessoas entre 18 e 25 anos. Posição atual: aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

C.3 – Projetos de Lei

PL n. 7965/2017 – 28/06/2017. Deputado Carlos Bezerra. Regime Tributário Especial.

Tem o projeto, segundo o autor, o intuito de fomentar o desenvolvimento de empresas nascentes e inovadoras, as chamadas “startups”, com a consequente geração de empregos de maior qualidade. Posição atual: Aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

D – GOVERNO DO PARANÁ

D.1 - Lei

Lei n. 18.995 – 25/04/2017 Vagas em Empresas.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de reservar no mínimo 5% das vagas de empresas que participam de Programas de Benefício ou Isenção Fiscal no Estado do Paraná, para pessoas acima de 50 anos.

E – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

E.1 - Projetos de Lei Complementar

PLC n. 1 – 05/06/2017. Deputado Paulo Litro. Compensação com precatórios.

Dispõe sobre a extinção de débitos estaduais mediante a compensação com precatórios. O projeto enuncia que será facultado ao contribuinte o adimplemento de dívidas junto ao Estado através de compensação por precatórios, da seguinte maneira: pagamento em espécie de 30% da dívida, sendo o restante abatido através do título precatório reduzido em 30. Posição atual: Comissão de Constituição e Justiça.

F – PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

F.1 Lei

Lei n. 15.044 – 28/06/2017 Negociação de dívidas.

Dispõe sobre negociação de dívidas da Prefeitura de Curitiba vencidas até 31.12.2016 de valor igual ou superior a R\$ 200.000,00, não empenhadas e não pagas. O interessado deverá formular proposta de acordo com procedimentos contidos em regulamento: àquele que propuser melhor desconto à dívida do Município, terá seu crédito satisfeito à vista.

G – CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

G.1 - Projetos de leis

PL 005.00231.2017 – 12/06/2017 Vereador Dr. Wolmir Prazo de validade de produto.

Dispõe sobre a troca de produto exposto à venda com prazo de validade expirado. O projeto de Lei visa a obrigar os estabelecimentos que expõem produtos com validade expirada a entregar ao consumidor outro produto, idêntico ou similar, de forma a coibir a venda de produtos vencidos. Posição atual: Divisão de Biblioteca e Referência Legislativa.

H – JUDICIÁRIO

Recurso Especial n. 1.419.104–SP - Ministro Og Fernandes. Responsabilidade solidária entre gestores de tributos.

O Tribunal declarou inconstitucionalidade pretérita do art. 8 da Lei n. 1.736/1979, que enunciava serem “solidariamente responsáveis com o sujeito passivo os acionistas controladores, os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, pelos créditos decorrentes do não recolhimento do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre a renda descontado na fonte.” Segundo o Relator, o artigo era incompatível com a Constituição então vigente, a de 1967. O entendimento é de que a regulamentação dada por este artigo deveria ser posta por Lei Complementar, e não por legislação ordinária, como o previsto pela Constituição da época. 

Interfintech e Interedtech, o futuro chegou!

POR CARLOS EDUARDO GUIMARÃES



“O problema é como conectar gerações tão diferentes de pais e filhos em assuntos que façam sentido para ambos.”

ESTAMOS ATRAVESSANDO UMA FASE

onde os filhos já sabem mais que os pais, a posse foi substituída pelo uso e uma enxurrada de termos “interneticos” novos aparecem a cada dia, as novas gerações estão preocupadas em fazer a diferença e serem guiadas por um propósito e estão acostumadas a tomar decisão desde cedo através de seus *devices mobile*.

O problema é como conectar gerações tão diferentes de pais e filhos em assuntos que façam sentido para ambos.

Recursos Humanos, marketing, comunicação e finanças passam a filosoficamente serem os mesmos, mas com entendimentos e aplicações práticas completamente diferentes.

Pegando o exemplo da minha área de pesquisa, a gestão do patrimônio pessoal, a forma com que jovens de 13 a 17 anos lidam hoje com a finanças espanham seus pais. *Bitcoin*, *bitgold*, *edtechs*,

fintechs e outros termos e aplicativos fazem parte de seus mundos, mas eles ainda desconhecem o que é um CDB ou taxa SELIC e sabem que existe uma tal de poupança que é confundida com a caderneta de poupança de seus pais.

O Mercado de consumo digital é sensacional, internacional, abidual, como dizia meu filho, é o Mercado da geração Z que vive no mundo das redes sociais, *youtube* e compartilhamentos, onde a informação é grátis e distribuída a todos, enfim um mundo complexo INXS (*in excess* - em excesso), ou para os pais, uma banda australiana dos anos 80.

Como tomar decisões de consumo nesse mundo jovem?

Bom não podemos esquecer das regras básicas: Nunca gastar mais do que ganha! Ter liquidez! Gerar poupança, cobertura e investir sempre! E de preferência endividamento tendendo a ZERO!

Não é apenas um problema de dinheiro mas também de comportamento. Nenhuma quantidade financeira jamais te fará rico! A riqueza é um produto da mente! A educação financeira é fundamental para a boa tomada de decisão, seja no mundo real ou virtual. Então, que venha esse novo mundo das *edtechs* e *fintechs*, mas sem esquecer que a lei da oferta e da procura ainda ninguém revogou. **CEO**



Carlos Eduardo Guimarães é vice-presidente da ACP, Presidente da FESP, Consul da Finlândia e autor do livro “Coaching Financeiro”

Atenção aos detalhes



Arlete diz que o sucesso dos resultados deve-se ao comprometimento e dedicação de toda a equipe

NÃO É INCOMUM encontrá-la, a cada dia, em um ambiente diferente no prédio da Associação Comercial do Paraná, pois está sempre ligada em tudo o que acontece. A supervisora de Suprimentos e Serviços Gerais Arlete Eger Uda administra as compras e a infraestrutura da entidade, não deixando faltar materiais para a execução dos trabalhos dos colaboradores.

Como estar sempre atenta nos 9 andares do edifício, conferindo todos os detalhes? A resposta é clara: “nada realizado sozinha! O sucesso dos resultados é dedicado ao comprometimento e dedicação de toda a equipe. Graças a eles me sinto satisfeita e motivada a realizar minhas atividades”, comenta. A responsabilidade é grande devido à quantidade de setores que administra, mas a dedicação e a simpatia característica da sua equipe faz toda a diferença. Atualmente, estão sob seus cuidados as áreas de compras, limpeza, segurança, portaria e manutenção.

Além do apoio irrestrito da sua equipe, Arlete não mede elogios aos seus gestores atuais e anteriores em seis anos de ACP: “sempre tive gestores que confiaram no meu trabalho e me deram oportunidade e liberdade de administrar, planejar e orientar os setores e colaboradores sob minha responsabilidade”.

Desafios diários não faltam. O principal deles é manter a qualidade, eficiência e eficácia a partir da busca diária de fornecedores para os mais diversos insumos, desde materiais de escritório até equipamentos específicos para alguns departamentos. Segundo Arlete, o apoio mútuo entre seu setor e os demais é crucial para que tudo corra dentro do tempo previsto e das expectativas. “Tenho contato com todos os setores e estamos sempre nos ajudando para os trabalhos sejam cumpridos com excelência”, destaca.

A sua motivação vem também do clima de trabalho, especialmente ao comparar com as experiências anteriores.

“Trabalhei por quase 20 anos em empresas multinacionais e, ao chegar aqui, senti muito a diferença de cultura, especialmente no que se refere a processos de trabalho, que antes eram mais ‘mecânicos’. Com o passar do tempo, aprendi a amar a ACP e hoje estou realizada profissionalmente”, afirma.

Formada em Administração de Empresas e pós-graduada em Gestão e Planejamento Financeiro, Arlete ressalta que já aprendeu muito na ACP e ainda está aprendendo. “Tive muitas oportunidades, experiências e aprendizados que me fizeram crescer profissionalmente e pessoalmente”, diz. Ela é casada, tem uma filha linda de nove anos e, entre as suas grandes realizações pessoais, ela destaca a oportunidade de ter viajado para vários países e conhecido diferentes culturas, agregando conhecimento. Tudo isso além de administrar um grande time na ACP que literalmente “mantém a casa em ordem”.

O requinte da enogastronomia de inverno

POR OSVALDO NASCIMENTO JÚNIOR

O INVERNO É A ÉPOCA do ano em que entramos em marcha lenta, esperando o frio para “hibernar”, especialmente em Curitiba, a nossa musa gelada, a capital mais fria do Brasil. Por isso, nada melhor que provar as iguarias apropriadas para a estação: pratos quentes, massas, sopas variadas, pinhão e aquele alimento que impera no inverno - o queijo - acompanhado de um maravilhoso vinho. A combinação é harmoniosa, ideal para momentos especiais, envolvidos num clima de elegância e sofisticação.



O QUEIJO NO BRASIL

Trazido pelas caravelas portuguesas, logo se difundiu no Brasil. Hoje a variedade é grande, pois praticamente todos os tipos são produzidos aqui, mais de cem. Ocupamos hoje o primeiro lugar na produção na América do Sul. Três variedades se destacam com tradição no país: O Queijo Coalho típico do Nordeste, O Queijo-de-minas na Região Sudeste e Queijo Mantega, comum nas duas regiões, mais encorpados e gordurosos. Harmonizam muito bem com vinhos leves tintos, especialmente brancos e rosados.



O QUEIJO É UM CLÁSSICO

Um alimento com inúmeras texturas, sabores, aromas e sutilezas, recheado de histórias por todas as bordas. Uma invenção de diversos poros e de diferentes épocas. Queijo significa cultura, é como a apoteose de um bom repasto. Na França, é Savarin quem define a importância e o lugar do queijo na refeição dos habitantes do país, “uma sobremesa sem queijo é como uma bela a quem falta um olho diz os franceses”. O laticínio nobre seria assim parte final do repasto. Situar-lo, como entre nós, no café da manhã, entre duas fatias de pão com manteiga acrescida de uma talhada de mortadela ou num fumegante “cheseburger” seria inconcebível e irreverente barbárie? Pessoalmente ficamos também com esta segunda alternativa. É nestes meses de inverno, junto com as festas do final de ano, que o mercado de queijos está aquecido. O curioso, no entanto, é que queijo não é necessariamente uma comida para dias frios e, a despeito da crença de que ele e o

vinho são parceiros naturais, não é tão simples combiná-los. Além disso, a maioria dos queijos combina melhor com brancos do que com tintos. A compatibilização de vinho com comida não é uma ciência exata, por isso é impossível apontar escolhas muito particulares, por isso estabelecemos apenas algumas regras gerais. A busca e a escolha do vinho adequado têm algo de aventureiro.

A HISTÓRIA DO QUEIJO

Com cores, sabores e texturas diferentes, o alimento é um dos mais antigos da história, inventado conforme a criatividade do homem na Itália, França e Grécia, seus maiores consumidores. Acompanhando o homem desde os primórdios da humanidade, atravessou milênios, diversificando-se a ponto de tornar-se famosa a frase do ex-presidente da França De Gaulle que disse “que era impossível governar um país que produz 450 tipos de queijos”.

A FONDUE

Prato típico da Suíça, entre outras formas é feito com um terço de gruyere e dois de emmental surgiu na Idade Média como símbolo da união e festa em torno de uma farta mesa. Os suíços o acompanham com vinho branco suíço Neuchatel, Valais e Vaud de ótima qualidade e sua produção é pequena, ou podemos degustar também um Chardonnais, uva que proporciona maciez e baixa acidez. a fondue de chocolate é uma criatividade gastronômica brasileira, que harmoniza muito bem com vinhos doces como os de colheita tardia (Late Harvest).

VARIEDADES

Para resumirmos entre tantas variedades existentes, selecionamos alguns mais conhecidos queijos finos ou especiais de sabor bem marcante, que encontramos facilmente nos supermercados ou casas especializadas que os vendem.

Emmental_

Desenvolvido no Vale do Emmental na cidade suíça de Berna, teve a receita copiada em diversos países, inclusive no Brasil. Sua massa é flexível com diversos buracos do tamanho de azeitonas. É um queijo gorduroso de sabor bem adocicado.

Sugestão de vinho: tinto

Gouda_

A versão original, holandesa, tem sabor a suave, buracos bem espalhados e é bem gordurosa. A brasileira, muito parecida com o queijo prato, é mais light. Ambas são recobertas por uma parafina vermelha, que se deve descartar na hora de degustá-lo.

Sugestão: vinho branco com uvas Chardonnais.



Brie_

A marca registrada é a de casca branca, recoberta por um mofo comestível. Feito de leite de vaca, tem textura macia e sabor que lembra nozes. Serve-se com geléia de amora, de uva ou de framboesa. Vai bem com maçã verde e nozes, ou acompanhado de rúcula e tomate seco em sanduíches de pão francês.

Sugestão: vinho branco à sua escolha.

Gorgonzola_

Pertence à família dos queijos azuis, assim como o Roquefort e o Stilton. Nasceu na Itália e leva fama de ser o queijo mais antigo do mundo, tendo registros de sua fabricação em 879 a.C. O sabor é picante e tem consistência macia, um pouco pastosa e quebradiça. É bastante gorduroso. Serve-se com frutas, principalmente pera. Se quiser, polvilhe sobre molhos e saladas.

Sugestão: vinho tinto.

Chèvre_

Feito de leite de cabra tem diferentes formatos, de pirâmide a uma espécie de rocambole. Pode ser supermacio, como um creamcheese, ou firme, difícil de fatiar. O sabor é levemente acentuado. Serve-se batendo no liquidificador com sal, pimenta do reino, azeite, cebola, alho e salsa até virar uma pasta. Sirva com torradas.

Sugestão de vinho: branco.

Camembert_

Um dos mais tradicionais queijos de leite de vaca. O sabor é forte e a casca é fina, branca e aveludada. Serve-se com pão caseiro e mostarda de preferência de Dijon.

Vinho ideal para acompanhar: tinto.

Gruyère_

Queijo suíço, produzido na região dos Alpes. A massa é amarelo claro, firme, mas elástica, a crosta exibe rugas, conhecidas como becs. Sabor suave, bastante adocicado, lembra avelã. Serve-se derretido, acompanhado de manteiga e pão de milho torrado. Tem ampla aplicação culinária o que lhe valeu o apelido de queijo enciclopédico.

Sugestão de vinho: tinto.

Serra-da-estrela_

Grande queijo português produzido com leite de ovelha, originário da serra de mesmo nome. O ritual para servi-lo consiste em cozinhar batatas no vapor, cortar em rodela e polvilhar com cebolinha verde. Ao lado, empilhe algumas torradas. Com uma colher, coloque o queijo por cima das batatas ou ao lado do prato.

Sugestão: vinho do Porto.

Roquefort_

É um bom representante dos queijos de ovelha, cortado apresenta-se esbranquiçado com raias azuis. É polêmico seu acompanhamento com vinho, as preferências vão do Porto, Souternes, Champagne e Bordeaux tinto.



Provolone_

Cilíndrico e alongado lembrando salame é italiano e de vaca.

Sugestão de Vinhos: Tintos.

Parmesão_

Também italiano e de leite de vaca, é o típico queijo duro e de longa vida, bem conservado dura anos, ralado enriquece os macarrões.

Sugestão de Vinhos: Tinto. 

O vinho não é um acompanhante da gastronomia, um coadjuvante dos alimentos. Ele faz parte indissociável da gastronomia, como alimento que é, e um ator de primeira grandeza na saga da boa alimentação e prazer de viver. AVOE. Brado de saudação á Baco por seus súditos.



Osvaldo Nascimento Júnior é advogado, empresário, sommelier, enófilo, colunista e palestrante de vinhos. Membro do Centro Vivo da ACP

Sua empresa investe em

ARQUI

Com forte influência das mídias sociais e tendo como exemplo empresas de tecnologia, a arquitetura empresarial, ou arquitetura corporativa, vem ganhando cada vez mais destaque e espaço dentro do planejamento estratégico das empresas.

O ambiente de trabalho bem planejado, com espaços agradáveis e funcionais, pode garantir o aumento do desempenho, associado a um maior conforto e maior produtividade de seus colaboradores, valorizando cada vez mais as pessoas que visitam ou trabalham na empresa.

Um dos fatores principais para se pensar em um planejamento arquitetônico empresarial, se deve ao fato de que muitas vezes os funcionários e colaboradores passam muito mais tempo no trabalho do que em casa, então a arquitetura está cada vez mais voltada a humanização dos ambientes de trabalho e a flexibilização dos espaços.

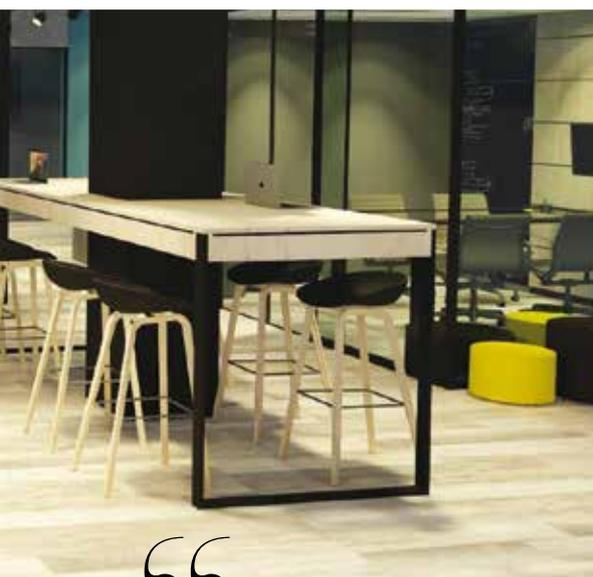


TETURA?



Um bom local para se trabalhar pode se refletir em ganhos financeiros e operacionais para a empresa, além de poder proporcionar maior credibilidade e visibilidade positiva no mercado. Atualmente podemos encontrar empresas que se utilizam de conceitos de arquitetura empresarial moderna e sustentável para valorizar sua marca e tornar-se sonho de consumos para se trabalhar. A sede da google e do Facebook, nos EUA são um grande exemplo disto, além de outras várias outras empresas que tem feito da sua arquitetura entre outros benefícios um ótimo cartão de visitas.

Outro fator importante nos projetos corporativos é se aprofundar nas questões interpessoais e de cada setor da empresa. O RH por exemplo, tem um funcionamento diferente do setor financeiro, que por sua vez, precisa de um espaço diferente do setor administrativo. Cada setor deve ser pensado de maneira especial e com características próprias, definições de móveis, cores e espaços diferenciados.



Por fim vale destacar que as empresas devem investir em sustentabilidade na arquitetura de seus espaços, através de conceitos ambientais mais adequados como telhados verdes, espelhos d'água, panos de vidro para a face sul, conceitos estes que tendem a diminuir o uso de ar condicionado e luz elétrica, diminuindo assim o consumo e a conta. Além das áreas de produção e administração, os espaços da recepção, salas de reuniões, espaços de decompressão, entre outros, também devem transmitir esta ideia, permitindo que os usuários e clientes também possam usufruir de um maior conforto térmico, acústico e ambiental.



NOSSO TRABALHO É ATENDER COM PRECISÃO A DEMANDA DE NOSSOS CLIENTES, A FIM DE PRODUZIR UMA ARQUITETURA FUNCIONAL E ADEQUADA, QUE PROPORCIONE BENEFÍCIOS E GERE BEM ESTAR



O escritório de arquitetura Maximiliano Scandelari Arquitetos Associados, está em atividade no mercado desde 2005 e tem atuado diretamente, através de projetos funcionais e sustentáveis.

Com projetos no Paraná e Santa Catarina, o escritório tem em seu portfólio uma gama que vai desde projetos de empresas, consultórios, clínicas, além de edifícios comerciais e residências. 



Um passeio pela terra dos polacos

POR EDUARDO KLOC

EM OUTUBRO DE 2016, visitei a Polónia com a minha família para uma ocasião especial: o casamento da minha irmã. Além de aproveitar aquele momento, com toda a fartura característica dos poloneses, aproveitamos para conhecer lugares fantásticos durante dez dias, conforme mostrarei a seguir.



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



_ ZAKAPONE

No sul da Polónia, a aproximadamente duas horas de carro de Cracóvia, Zakopane é conhecida como a capital dos esportes invernais da Polónia. A cidade é procurada por praticantes de esqui, snowboarding, ski jumping e montanhismo. Se você está procurando um local na Europa para praticar esportes de neve por um ótimo preço, Zakopane é o seu lugar. Em outubro, apesar de estar começando a esfriar, ainda não tinha neve, logo, não esquiei ou fiz algum outro esporte de neve.

A cidade é muito bonita e aconchegante. A rua principal, Krupówki, possui várias lojas e restaurantes. Você também encon-

tra alguns museus e parques, mas o forte mesmo são as estações de esqui.

O teleférico Kasprowy Wierch, construído em 1935, é um dos mais antigos da Europa. Este teleférico fica localizado em Kuznice, parte mais alta de Zakopane, e leva os turistas ao alto da montanha Kasprowy. A subida dura média dez minutos e acontece em duas etapas, com uma parada em Myślenickie Turnie. Para quem comprar o ticket de ida e volta, o retorno acontece em aproximadamente uma hora e meia, que será o tempo que você terá para aproveitar o alto da montanha. O passeio é imperdível e a vista é paradisíaca!

É possível também fazer o trajeto com vans que estão sempre nos arredores.

O casamento é um caso à parte a ser contado. “*Zastaw się, a postaw się*” – é um provérbio tradicional polaco que significa que embora não tenhas dinheiro, tens que receber os convidados com hospitalidade e generosidade. Acho que podemos dizer que este provérbio é entre os polacos a primeira e a mais importante regra quando preparam as festas de casamento. Isso serve para mostrar a riqueza (às vezes fictícias) dos anfitriões, mas também está ligado às tradições que existem na cultura polaca.

Primeiro tivemos a cerimônia religiosa, que foi muito bonita, coisa de cinema. A igreja e a decoração eram deslumbrantes, mas não entendi praticamente nada do que o padre falou! De lá seguimos para a festa. O que mais me surpreendeu foi o fato de servirem muita comida. Mas quando eu falo muita comida, vocês ainda não vão conseguir visualizar quanta comida que era. Era muita comida! Nunca vi algo assim na minha vida. Teve entrada, prato principal, sobremesa e na mesa não parava de chegar mais petiscos como queijos, presuntos e doces. No meio da noite, eles servem mais uma vez comida quente, sim, porque tinha sido pouco até agora. E depois ainda tinha sopa para forrar o estômago e provar mais shots de vodka! A festa tocou na maior parte do tempo música polonesa. Mas foi muito divertido, e, apesar de não entender a letra, era bem animada!

— CRACÓVIA E VARSÓVIA

Varsóvia é a capital da Polônia e a cidade mais visitada por turistas. O clima é muito agradável, as pessoas são simpáticas, a comida é boa e seus cenários são deslumbrantes. Cracóvia é um forte polo intelectual e cultural, uma cidade universitária.

Adoramos a visita, apesar de termos visto muitas coisas tristes, já que é lá que fica a famosa fábrica de Schindler e é o ponto de partida para visitar o maior campo de concentração nazista: Auschwitz.

Se além da Cracóvia em si, você quer visitar a Mina de Sal e Auschwitz, precisará de, ao menos, 3 dias para ficar satisfeito.

Na cidade em si, o grande destaque na minha opinião é o seu Centro Histórico. É lá que fica a maior praça medieval de toda a Europa. Nela e em seus arredores há diversas igrejas e monumentos que valem a pena visitar, além de diversas ruas para explorar.

De passagem por Varsóvia, priorizei a parte mais bonita da região, que é Cidade Velha. Você pode começar pela Rota Real, um caminho de quase 4 km que liga o Castelo Real ao Palácio de Wilanów. A rua, uma das mais importantes e bonitas da cidade, está repleta de lojas, restaurantes, prédios do governo e jardins.



_FAMÍLIA KLOC (DA ESQUERDA PARA A DIREITA): ROSANGELA ZAHARKO, CAROLINA KLOC WOJDYLA, MACIN WOJDYLA, DIRCE KLOC, EDUARDO KLOC E IZILDA KLOC

Depois disso, você pode passear pelas velhas casinhas coloridas que formam o centro histórico. De costas para o Castelo e seguindo em frente, entre uma ruazinha e outra você vai acabar cruzando com a Praça do Mercado, que é um espaço retangular cercado por restaurantes e lojas de souvenir. Esse é um ponto de encontro famoso na cidade. Ali se reúnem grupos de amigos que querem bater um papo, vendedores, turistas, pombos e toda a fauna local. Bem no meio da Praça está uma estátua de uma sereia que remete ao mito fundador da cidade: um pescador chamado Wars teria capturado uma sereia em suas redes e acabou se apaixonando

por ela. Aí você já sabe o resto: a sereia foi capturada por um mercador rico e mau, o pescador a salvou, então ela se tornou humana e adotou o nome de Sawa. Os dois viveram felizes para sempre naquela região e deram origem à cidade WarsSawa – Warsaw – Varsóvia.

Por último, não deixe de dar uma volta pela Barbican, a antiga muralha que protegia a cidade de invasores. Essa é uma parte muito bonita e bem preservada da Cidade Velha, repleta de bares e restaurantes e caminhos charmosos. Minha passagem por Cracóvia e Varsóvia foi rápida e recomendo no mínimo três noites para cada cidade.

Dicas e curiosidades

VIAGEM

CULTURA

- Os Poloneses são católicos fervorosos e você encontra várias igrejas lindas por todas as cidades. A maioria dos lugares tem entrada gratuita, e mesmo os pagos são bem baratos.

MOEDA

- A minha primeira surpresa positiva da Polônia foi o câmbio. O zloty, moeda local, tem um valor bem menor em relação ao euro, em média, 1 euro = 4 zloty.

ALIMENTAÇÃO

- A melhor descoberta da minha viagem à Polônia foram os pierogis. Comida muito típica por lá, eles parecem raviólis um pouco maiores e com a massa mais pesada, com diversos recheios e sem muito molho, apenas um pouco de sour cream (creme azedo) e/ou bacon frito. O mais famoso é o "clássico" recheado com ricota, batata e às vezes salsinha, e é uma delícia. Pierogis vão muito bem com cerveja ou vinho.



HOSPEDAGEM

- Toda a hospedagem foi reservada pelo booking.com, a melhor relação custo x benefício. Não tivemos problemas com as reservas, mas sugiro priorizar os apartamentos que possuam elevadores, evitando assim longos lances de escadas.

PASSAGEM AÉREA E SEGURO VIAGEM

- Como de costume, para a compra de passagens aéreas e seguro de viagem para os meus familiares contei com os serviços da agência de turismo Kloc Tur.

www.kloctur.com.br
contato@kloctur.com.br
41. 3264-1520



BEBIDAS

- A vodka é a bebida preferida dos Poloneses e você encontra centenas de opções que vão variar de acordo com a marcas, intensidade, sabores, filtragens, etc. A cerveja também é bem barata e custa em média de 9 – 10zł.



BAGAGEM

- Se o peso da mala exceder, seu bolso vai doer! O terror da minha viagem foi o excesso de bagagem. Além de pagar a mais por elas, o desconforto, fadiga e estresse nos acompanharam durante todo o trajeto. Estávamos em quatro pessoas e, acredite, terminamos a viagem totalizando 12 malas. Aos olhos de muitos, parecíamos verdadeiros refugiados! A dica é simples: menos é mais.



Eduardo Kloc é Coordenador de Marketing da Associação Comercial do Paraná e Presidente da Associação de Funcionários.



Faça a emissão dos Documentos Fiscais Eletrônicos e gerencie sua empresa de forma simples e eficiente



Todas as funcionalidades que você precisa



Sistema on-line



Emissão de todos os documentos fiscais eletrônicos
NF-e, NFC-e, NFS-e, CT-e e MDF-e



Suporte 14 horas por dia
Telefone, Chat e E-mail



Gestão Financeira
*Boleto com registro**



Controle de Vendas
Orçamento e Pedido



Controle de Estoque
*Alerta mínimo, Ficha Técnica e Ordem de Produção**



Frente de Caixa



Atualização fiscal e backup sem custo adicional



Acesso para contador

Planos a partir de R\$ 29,90

Truco na ACP?

POR ERNANI BUCHMANN

O JOGO DE TRUCO nem sempre é valorizado pelos setores, digamos, mais sérios da sociedade. É visto como simples jogo de cartas, a permitir o logro, os gritos, o estapear no peito dos adversários. Pior ainda, é jogado em qualquer lugar, inclusive nas escadarias do prédio histórico da UFPR, aqui ao lado da Associação Comercial do Paraná.

Mas é tempo de darmos o devido valor a este, bem dizer, esporte. O único não só a permitir, mas a exigir o doping de seus participantes, na forma de cerveja e destilados – nada sofisticados, meras aguardentes de preço e sabor duvidosos.

Ocorre que o truco é impulsionador do comércio. Os armazéns que vendem as ditas cervejas e cachacas, e os bares que sediam os torneios, garantem bom faturamento com ele. Os açougues e supermercados vendem arrobas de carne para sustentar o apetite do pessoal. É também fonte de venda de baralhos, palitos de fósforos e bagos de feijão.

Em torneios mais organizados, como os da Academia Paranaense de Truco, muitas vezes são produzidas camisetas, a servir de uniforme para os atletas. No setor de serviços, o truco garante emprego para churrasqueiros, motoristas de táxis e uber, e, ainda que seja eventual, a enfermeiros e médicos.

O truco nasceu no interior da Espanha, disseminou-se pela península ibérica e veio dar na América Latina, por suposto. É jogado com muitas variedades, desde o truco soldado, entre dois participantes, até as versões com seis ou oito jogadores. A modalidade castelhana varia muito da brasileira, cuja varia muito entre si. A maior carta é o zap, mas no sul do Paraná preferimos chamá-lo de gato. As cartas devem ser dadas por baixo do baralho, embora em São Paulo e no norte paranaense se possa distribuí-las de uma só vez a cada compo-



nente da mesa. Em alguns ambientes as regras permitem que os parceiros conversem entre si, em outros só se pode falar com os adversários – e para ameaçá-los. Há grupos de todos os matizes. Joga-se na sauna do Santa Mônica e em festas de igreja. Em sala de aula e em churrascarias de beira de estrada. O truco é democrático, sustentável – as toxinas são expelidas em instalações apropriadas –, e nada discriminatório. Infringe apenas as normas do silêncio, defeito impossível de corrigir por ser integrante do seu caráter.

Em um tempo em que o logro parecer fazer parte de algumas profissões, em que muitas vezes se tenta levar vantagem no grito, o truco é, no mínimo, um jogo honesto. Não usa de eufemismos, não esconde as reais intenções dos praticantes. Parecem-me argumentos interessantes nessa tentativa de torná-lo mais palatável a olhos – e ouvidos – mais ortodoxos.

Reconheço que, ainda assim, ele continuará a ser considerado pouco sério. Talvez se eliminarmos a mistura jogo x bebi-

da tenhamos um produto com mais compostura. Porém, experiências realizadas nesse sentido demonstraram considerável perda de euforia pelos atletas, prejudicando o desempenho das duplas sóbrias.

Seja como for, não me parece razoável supor o truco sendo praticado na ACP. Imaginar Jonel Chede a cutucar as costelas de Edson Ramón, enquanto berra “truco, presidente” dentro da cavidade auricular do nosso ex-mandatário, é algo que me soa tão impensável quanto uma corrida de Fórmula 1 no calçadão da Rua XV. **ox**



Ernani Buchmann é jornalista, advogado, vice-presidente da Academia Paranaense de Letras e membro dos Conselhos Político e de Cultura da ACP

NOTA PÚBLICA - REFORMA TRABALHISTA

A Associação Comercial do Paraná, entidade centenária representativa de mais de 30 mil associados em todo o Estado, manifesta publicamente seu apoio à aprovação pelo Congresso Nacional da esperada Reforma Trabalhista.

As novas disposições aprovadas, que não cancelam nenhum dos direitos adquiridos pelos trabalhadores, muito ao contrário, trazem a perspectiva real do aumento do número de postos de trabalho tendo em vista o conjunto de inovações que propõe, estimulando os empresários à contratação de novos empregados.

O momento é oportuno em face da profundidade da crise econômica e da recessão, para a retomada dos 14 milhões de empregos tirados dos brasileiros.

Longe de discutir questões pontuais da iniciativa, a ACP sente-se à vontade para expressar seu ponto de vista favorável, mesmo porque uma de suas bandeiras mais destacadas sempre foi reivindicar a modernização e atualização da legislação trabalhista.

Vale ressaltar que em várias ocasiões a ACP promoveu, por meio de seu Conselho de Relações do Trabalho, inúmeras sessões para o amplo debate da matéria, com a participação de especialistas, associados e a sociedade organizada.

A entidade prossegue na luta pela aprovação das demais reformas reclamadas pela sociedade, que não estará satisfeita enquanto o país não retornar, de uma vez por todas, ao caminho do desenvolvimento econômico, da justiça social e do respeito para todos os cidadãos.

Gláucio Gears
Presidente



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
Fundada em 1890

127 ANOS

Em julho, a Associação Comercial do Paraná, entidade representativa do setor produtivo paranaense, com expressiva atuação em defesa dos interesses da classe empresarial e da sociedade, completou 127 anos de fundação.



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

Fundada em 1890